

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 29 DE ABRIL DE 2009

NÚMERO 6.027

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2027
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 032ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 28/04/2009.....2
Ata da 011ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 28/04/2009 12
Ata da 012ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 28/04/2009 12
Ata da 013ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 28/04/2009 13

Atos da Mesa

Ata da Presidência DI 15
Atos da Mesa DI 15

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria 16
Decreto Legislativo..... 16
Ofícios 16
Portarias.....20
Projetos de Lei.....21

PLENÁRIO

ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Refere-se a ato público de divulgação da Lei n. 11.664/2008.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se ao PL de sua autoria que inclui o suco de uva na alimentação escolar da rede pública estadual; solicita apoio dos parlamentares à matéria que prevê a destinação de 50% dos recursos da alimentação escolar diretamente para as escolas; homenageia a diocese de Chapecó pelos 50 anos de evangelização.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Comenta seminário realizado em São Joaquim que abordou a questão ambiental na região serrana; registra o aniversário de Iraceminha e Pinhalzinho; parabeneza a diocese de Chapecó pelos 50 anos de trabalho; registra a preparação dos agricultores familiares para uma jornada de luta.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Anuncia a presença do deputado Taxista Voltolini e do prefeito de Irineópolis juntamente com vereadores do município.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pede atenção do Iprev para o caso de pensão de viúva de soldado; comenta a decisão de excluir o sargento Luciano Luiz de Souza da PM; repele decisão da PM de excluir de promoção militares incluídos em inquérito ou no Conselho Disciplinar.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Analisa a educação no Brasil.

Partidos Políticos

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Homenageia a Chapecoense pela participação no Campeonato Catarinense de Futebol.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Afirma que o Avaí dará o troco à Chapecoense.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Demonstra sua crença na vitória da Chapecoense.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Faz breve relato de sua viagem ao Parlamento Europeu; cumprimenta

o deputado Herneus de Nadal.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Fala sobre a reformulação do Código Florestal Brasileiro.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIM (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Elias Cabral e Altino Júnior, de Porto Belo.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Anuncia a presença de vereadores de Três Barras.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ressalta a posse da nova diretoria da Acib e o grande trabalho desenvolvido pela entidade; refere-se ao trabalho de Ricardo Stodieck frente à Acib.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com os cumprimentos ao trabalho da Acib.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Elogia o trabalho desenvolvido pela Acib e seus dirigentes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Aborda a posse do ex-vereador José Cardozo como deputado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Deseja boas-vindas ao deputado José Cardozo.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se à vitória da Chapecoense sobre o Avaí; aborda as eleições de 2010; registra a presença de Márcio Pochmann em encontro do PT; reporta-se ao crescimento do país.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Comenta o jogo entre Chapecoense e Avaí.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Elogia a administração do presidente Lula.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Deseja boas-vindas ao deputado José Cardozo.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Refere-se à votação do PL n. 0004/2009.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Comenta a taxa cobrada para confecção de documentos.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Refere-se à posse do deputado José Cardozo.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Manifesta-se contrário ao PL n. 0004/2009, que extingue cargos no âmbito da secretaria do estado da Fazenda, institui mecanismo de acordo de resultados para o incremento efetivo da arrecadação estadual.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Solicita verificação de quórum para apreciação do PL n. 0004/2009.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Manifesta-se favorável ao PL n. 0004/2009.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao PL n. 0004/2009.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao PL n. 0004/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, por até dez minutos, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio; demais integrantes da mesa; sras. deputadas; nossa rainha da Assembléia Legislativa, minha amiga Jamile; queridas taquígrafas; caros telespectadores que nos acompanham em seus lares e escritórios, sempre atentos a nossas atuações neste Parlamento.

Fui convidada pelo presidente, deputado Jorginho Mello, para juntar-me à comitiva formada pelos srs. líderes de bancadas, que amanhã estará em Brasília para entregar nas mãos do presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, do presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temer, e do presidente do Senado, senador José Sarney, a lei que aprovamos em Santa Catarina e que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente.

Contudo, estou pedindo desculpas pela minha não-participação nessa comitiva, porque amanhã teremos um ato público, às 14h, no qual estaremos divulgando para toda a população civil e organizada, para as entidades governamentais e não-governamentais, enfim, para as mulheres de um modo geral, a implementação da Lei n. 11.664, que traz benefícios muito importantes para a saúde da mulher. Nós já temos a confirmação da presença de algumas autoridades e entidades nesse ato público, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Saúde.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que o presidente da comissão de Saúde, da qual eu sou vice-presidente, deputado Genésio Goulart, tem feito um trabalho maravilhoso à frente dessa comissão. Sendo assim, gostaria que s.exa. estivesse presente a esse grande ato público, que se destina à divulgação, para todas as catarinenses, de que as mulheres acima de 40 anos têm direito ao exame de mamografia através do Sistema Único de Saúde, e que as mulheres de qualquer idade têm direito ao exame de colo de útero também pelo SUS!

Eu já fiz três juramentos nesta Casa, a cada eleição, dizendo: "Eu prometo!" Então, nós prometemos, o presidente da República promete,

os senadores, os deputados federais, os deputados estaduais e os vereadores prometem, fazem um juramento. Então, a nossa prioridade tem que ser a saúde. Nós precisamos resgatar o direito de todo cidadão de não ficar enfrentando fila durante meses e meses. Eu tenho que fazer essa divulgação e as mulheres precisam cobrar também, não podem aceitar ficar na fila. Nós temos o trabalho da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que também se fará presente nesse ato público, que estará atendendo inúmeras mulheres e fazendo o exame preventivo.

Srs. parlamentares, essa lei é muito importante, é uma lei federal, mas temos que a divulgar em nosso estado, temos que a divulgar em cada município, a fim de que as mulheres se mobilizem e cobrem o direito de fazer o exame preventivo, porque a doença que mais mata mulheres, hoje, é o câncer de mama. Ele lidera o índice de mortalidade no Brasil, só fica atrás de acidentes automobilísticos, atropelamentos e assassinatos.

A cada ano morrem de câncer, no Brasil, dez mil mulheres na faixa etária acima de 35 anos de idade. Uma das maiores causas de morte por câncer de mama é a detecção tardia, porque muitas mulheres não têm muito tempo para fazer o exame e 60% dos casos são identificados em estágio avançado - tumores acima de 5cm de diâmetro. Mas quando a doença é detectada em tempo, ainda existe cura.

Nós tivemos o exemplo bellissimo da ministra Dilma Rousseff, que foi fazer um exame preventivo e descobriu que estava com um tumor de 2cm. E a ministra, através das suas entrevistas, tem pedido para todas as mulheres se precaverem.

Nós sabemos, sr. presidente e srs. deputados, que após ter feito uma cirurgia de câncer de mama a mulher tem ainda que ficar sob cuidados e esperar dez anos, pois se nesse período a doença não voltar, ela pode declarar-se curada.

Então, essa lei foi iniciativa de uma médica, a dra. Maira Caleffi, chefe do setor de mamografia do Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre. Ela passou a proposta dessa lei para o deputado federal Enio Egon Bergmann, do Rio Grande do Sul, que batalhou por ela e que, graças a Deus, chegou às mãos do ministro da Saúde. O presidente Lula, vendo a necessidade devido ao grande número de óbitos por causa do câncer de mama, resolveu sancionar essa lei no ano passado, no dia 29 de abril de 2008.

Portanto, amanhã, deputada Ana Paula Lima, faremos a divulgação dessa lei. E por mais incrível que possa parecer, como já falei, os cuidados com a saúde ainda não são prioridade neste nosso país.

Eu quero dizer que precisamos incentivar nossas crianças nas escolas. Hoje se comemora o Dia da Educação. Como educadora, sempre procurei passar para os meus alunos informações. Por isso, chamo a atenção de todo o corpo docente, de todos os professores para que divulguem informações sobre essa doença.

Gostaria também de contar com a presença em massa das mulheres, amanhã, no plenário da Assembléia Legislativa, às 14h, para esse ato público em que estarão presentes muitas autoridades que falarão sobre o tema.

Muito obrigada e que Deus abençoe todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, assomo à tribuna, na tarde de hoje, para lembrar que temos a apreciação, em segundo turno, do Projeto de Lei n. 0324/2004, de minha autoria,

que trata da inclusão do suco de uva na alimentação escolar.

Temos recebido inúmeras manifestações de pessoas do interior do nosso estado, das mais diferentes famílias, que trabalham com a cadeia produtiva da uva, desde aqueles que cultivam a videira até aqueles que comercializam ou consomem o produto. Além de manifestações vindas do interior do estado de Santa Catarina, temos recebido inúmeras outras do estado do Rio Grande do Sul, reconhecendo, através do seu sindicato, a importância da inclusão do suco de uva na alimentação escolar. Isso vem dar corpo à cadeia produtiva da uva não só no estado de Santa Catarina, que já produz uma grande quantidade com qualidade do produto, bem como em outros estados da nossa federação.

Quero socializar com este Parlamento essas diferentes manifestações e ao mesmo tempo pedir que, da mesma forma como ocorreu no primeiro turno, tenhamos o aval, o apoio, o respaldo, de todos os nobres pares no segundo turno.

Quero dizer que com a nova medida provisória do presidente Lula, que contempla os alunos do ensino médio com alimentação escolar, sem dúvida nenhuma teremos um ganho extremamente positivo para aqueles que trabalham na cadeia produtiva da uva.

Nessa mesma direção, gostaria de dizer que, além do projeto da inclusão do suco de uva na alimentação escolar, está tramitando nesta Casa outro projeto de lei extremamente importante e ligado também à alimentação escolar. Esse projeto de lei busca a partilha dos recursos com todas as escolas da rede estadual, através de suas APPS, a fim de que de todo o montante investido na alimentação escolar, até 50% possam ser utilizados na aquisição direta dos produtos da agricultura familiar ou dos comércios locais, nos 293 municípios do estado de Santa Catarina.

Acredito pessoalmente que, além de realçarmos a qualidade da merenda escolar, nós estaremos proporcionando aos pequenos produtores rurais um incremento na renda familiar anual, através da comercialização de diferentes produtos.

Então, sem dúvida nenhuma, quem ganha com isso são os nossos agricultores lá na ponta, porque vão fornecer a alimentação através da participação nas diferentes licitações que poderão acontecer em nível municipal, não regional ou estadual, fazendo com que esse dinheiro incremente o desenvolvimento econômico local.

Portanto, o nosso agricultor terá a oportunidade de obter um incremento na renda, talvez até com produtos aos quais não estivesse dando muita importância na sua atividade laboral, a agricultura. Além disso, claro, há a questão da qualidade da alimentação escolar que será servida aos diferentes alunos, sejam eles do ensino fundamental ou do ensino médio, que frequentam a rede estadual nos diferentes municípios de Santa Catarina.

Portanto, são duas iniciativas extremamente positivas e importantes de inclusão social. Tanto a que beneficia os trabalhadores da cadeia produtiva da uva, fazendo com que haja a inclusão do suco de uva na alimentação escolar, quanto a outra, porque as pessoas poderão participar, através de processo licitatório, de até 50% do montante que o estado investe na alimentação escolar, movimentando a economia do município e ajudando no incremento da renda do nosso agricultor familiar.

Além disso, quero fazer o registro de uma comemoração ocorrida no último domingo. Na condição de padre, no exercício da minha função, quero destacar que no último domingo comemoramos os 50 anos, o jubileu de ouro da

diocese de Chapecó, com uma grande celebração presidida pelo bispo dom Manoel João Francisco.

Estiveram presentes os deputados Dirceu Dresch e Pedro Uczai, membros de mais de 44 paróquias daquela diocese, inúmeras lideranças e representantes de diversos segmentos sociais, todos participando da celebração jubilar. Nesse último domingo, a diocese de Chapecó celebrou 50 anos de caminhada, de vida, de evangelização, com a participação maciça das lideranças de todas as paróquias que compõem aquela diocese.

Quero realçar que, historicamente, a diocese de Chapecó tem sido sempre um norte extremamente importante no processo de evangelização e vem trabalhando de maneira muito especial com aquela pessoa mais excluída, aquela que menos oportunidade teve na vida. Na sua caminhada, a diocese de Chapecó busca sempre a inclusão em todos os sentidos, principalmente no sentido de despertar para a cidadania cada um e cada uma.

Portanto, é um trabalho louvável e extremamente positivo. E aqui quero reconhecer que tem despertado também a construção, a organização dos mais diferentes e importantes movimentos sociais da nossa sociedade. Esses movimentos surgiram da convivência, da relação profunda do trabalho de evangelização que a Igreja implementou naquela região, ao longo desses 50 anos, juntamente com as diferentes lideranças de toda a sociedade.

Então, quero parabenizar a diocese pelos seus 50 anos, desejando que tenha muito êxito, muita prosperidade e que continue a contribuir para uma maior dignidade de todas as pessoas, de todos os seres humanos, porque o nosso ideal, a nossa meta última é a realização do ser humano. Que o ideal de fato seja buscado, concretizado e realizado por todos aqueles comprometidos com a missão evangelizadora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, todos os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, quero registrar a presença dos nossos vereadores de Irineópolis, Antônio Carlos Senff, o Antoninho, e o Carlos Roberto Rodrigues da Silva, que estão-nos visitando nesta tarde. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Quero aqui também registrar que nesse final de semana, a partir de quinta-feira, estivemos em São Joaquim - motivo pelo qual não estávamos presentes nesta Casa -, participando de um grande seminário promovido por um conjunto de entidades, sindicatos, secretaria municipal de Agricultura, seminário esse que abordou a questão ambiental na região serrana. Foi um seminário regional, com a presença importante de um conjunto de lideranças daquela região, que está discutindo muito a questão ambiental, principalmente os campos de altitude.

Então, quero parabenizar as entidades, principalmente o sindicato e a secretaria municipal de Agricultura, que coordenaram aquele evento tão importante, no qual se fez um debate tranquilo sobre a legislação ambiental. Contou com a presença de muitas lideranças do ministério do Meio Ambiente, da Fatma, das organizações, Houve também a exposição de experiências maravilhosas na agricultura. Alguns grupos de agricultores apresentaram suas experiências na produção agroecológica e na comercialização direta, principalmente vinculada à Ecoserra, de Lages e região.

Quero também registrar o aniversário do município de Iraceminha, ocorrido no último domingo e comemorado com grande festa nos últimos dias, mas principalmente no domingo, quando nos solidarizamos com o município e ajudamos a comer um bolo maravilhoso de 20m, feito por aquela população que luta e que tem brio.

Também comemoramos o aniversário de 29 anos do nosso partido em Pinhalzinho, no último sábado, com uma grande festa. O Partido dos Trabalhadores conquistou a prefeitura de Pinhalzinho, numa aliança do PT, que indicou o candidato a prefeito, com o PMDB, que indicou o vice.

O deputado Padre Pedro Baldissera já falou com muita propriedade sobre os 50 anos da diocese de Chapecó, comemorados no último domingo. Com certeza, mais de cinco mil pessoas estavam presentes àquele ato, que marcou a história importante da diocese de Chapecó, pelo incentivo aos movimentos sociais, pelo apoio e pela luta em prol do povo do oeste catarinense, no sentido de não aceitar a exploração que se fazia e continua-se fazendo, e de orientar o seu povo, ajudá-lo a ter uma vida melhor. A diocese de Chapecó tem cumprido uma função importante em nosso estado na luta pelos oprimidos e pelos injustiçados.

Por isso, queremos parabenizar as lideranças e toda a diocese de Chapecó pelos 50 anos de trabalho, pelos grandes atos que aconteceram nesses últimos dias, dos quais estivemos participando juntamente com outras lideranças e com os deputados Padre Pedro Baldissera e Pedro Uczai.

Mas eu quero registrar, no dia de hoje, que a agricultura familiar no estado de Santa Catarina está-se preparando para uma grande jornada de luta. Estivemos ontem em Chapecó acompanhando uma discussão de lideranças da agricultura familiar, que estão preparando uma grande mobilização para o dia 30 de abril em todas as regiões de Santa Catarina, levantando suas pautas, suas reivindicações.

N próxima semana estarão deslocando-se para Florianópolis e para Brasília com suas reivindicações, que já foram entregues na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, ao secretário de estado da Agricultura. Os agricultores estão com várias reivindicações e vou citar algumas delas.

Eles estão reforçando uma luta importante na questão ambiental, que é um debate quente no estado de Santa Catarina. Estão trabalhando e lutando pela compensação ambiental, ou seja, o pagamento pelo serviço ambiental. E esse é um novo papel que a agricultura familiar vem desempenhando. Estão cuidando do meio ambiente e ao mesmo tempo gerando renda para suas famílias.

Quanto à questão da estiagem, srs. deputados, está sendo levada para o governo federal a pauta de que é necessário haver políticas de convivência com a estiagem, principalmente no estado de Santa Catarina, como a construção de cisternas para a armazenagem de água nas propriedades em épocas de chuva, como também a questão do endividamento agrícola, da política de renda.

Com certeza, essa é uma pauta importante, neste momento, para os agricultores, para a nossa agricultura familiar, a fim de que possam continuar desempenhando esse papel extraordinário no Brasil, que é a produção de alimentos. Então, essa luta é muito justa! Nós estamos juntos nessa luta apoiando essas iniciativas porque achamos que elas são fundamentais para o futuro da nossa agricultura familiar.

Quero registrar também que nesses últimos dias temos percebido muito a politização e a partidização das lutas dos agricultores.

Infelizmente, o debate do Código Ambiental, na minha avaliação, entrou no rumo dos interesses político-eleitorais, deputado Sargento Amauri Soares, já para a eleição do ano que vem. Isso com certeza não contribui com a nossa agricultura familiar, não contribui com essa estratégia de futuro, de preservação ambiental, combinando com a questão do processo produtivo, que é a necessidade que temos de preservar a água para as futuras gerações.

A mesma coisa está acontecendo, neste momento, com relação à pauta dos agricultores familiares, principalmente no que diz respeito à estiagem. Só falta dizer - e aí eu lamento a posição de vários parlamentares, principalmente federais, em Cunha Porã, na sexta-feira da semana passada - que o presidente Lula é culpado pela estiagem. Só falta dizer isso! No restante, foi dito tudo.

Então, essa questão é de fato lamentável e nós precisamos construir uma nova estratégia. Nós precisamos debater a estratégia do desenvolvimento do grande oeste catarinense, da região serrana, que é uma região que está sofrendo, nesses últimos dez anos, uma estiagem por ano.

Temos, sim, que somar forças para construir uma estratégia de desenvolvimento e alternativas para essas regiões e não simplesmente jogar a responsabilidade para frente. Inclusive, o próprio estado de Santa Catarina, a própria Epagri e as entidades estaduais precisam pensar num novo papel, numa nova estratégia de desenvolvimento para essas regiões, para não cairmos nessa situação de dependência do Proagro, porque estamos ano a ano perdendo a produção de grãos e não conseguimos apontar alternativas que amenizem os prejuízos causados pela estiagem.

O nosso desafio não é transferir responsabilidades, mas assumir juntos - estado, município, união - a construção de uma estratégia de fato duradoura para esses agricultores que estão sofrendo com a estiagem, com os problemas climáticos nesses últimos tempos, desde o litoral, com as enchentes, até o oeste, com as estiagens.

Esse é o nosso papel, srs. deputados, como liderança política. Nós não queremos fazer discurso político bonito para ganhar voto em cima dessa situação complicada, difícil por que passamos os agricultores familiares de todas as regiões do estado de Santa Catarina.

Então, é importante que tratemos essa questão do Código Ambiental com mais responsabilidade, adotando uma estratégia de debate de diferenciação da grande e da pequena propriedade e não levamos dessa forma como está sendo levada essa discussão para Brasília. Enfim, é preciso que tenhamos uma política diferenciada de tratamento para essa questão da estiagem no estado; uma estratégia segura, concreta de desenvolvimento para as futuras gerações e para a nossa agricultura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de anunciar a presença, no plenário, do deputado Taxista Voltolini, a quem desejamos uma boa estada nesta Casa.

Gostaria, ainda, de saudar o prefeito de Irineópolis, Wanderlei Lezan, que aqui se encontra juntamente com vereadores de diversos partidos, especialmente do PMDB.

Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis, que se sente muito honrada com a presença de v.exas. que ficará registrada na história deste Parlamento.

Muito obrigado, Irineópolis, por estar presente na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica registrada a presença das autoridades referidas pelo deputado Antônio Aguiar em nossa Casa Legislativa.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham nesta sessão, telespectadores da TV Assembléia, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero falar sobre alguns assuntos na tarde de hoje que não posso deixar para outro dia. Um, inclusive, tem-me angustiado bastante, que é o caso, a situação da viúva do soldado Marcelo Kreusch, que foi morto em serviço, vítima de disparo de arma de fogo, no dia 28 de setembro do ano passado.

A sra. Vanessa, viúva do soldado Marcelo, ainda não está recebendo a pensão do Iprev. O filho do primeiro casamento do Marcelo está recebendo a pensão, a filha do Marcelo com a Vanessa também está, mas a própria Vanessa não está recebendo a pensão. E qual é a justificativa do Iprev, do advogado com o qual nós conversamos? Que ele precisaria de uma cópia do inquérito policial que foi instaurado para apurar a situação da morte do soldado Marcelo Kreusch. Em tese, o Iprev está suspeitando que a sra. Vanessa, a viúva, seja a autora ou a co-autora do homicídio do próprio marido.

Então, deputado Lício Mauro da Silveira, é uma situação que incomoda. E olha que nós já tentamos, nos últimos meses, resolver sem ter que falar nesta tribuna de uma situação como essa! Mas é uma situação aberrante porque há até documento assinado por um advogado do Iprev endereçado à juíza da comarca de Santo Amaro da Imperatriz, que cuida desse caso, no qual, baseado no art. 78 da Lei Complementar n. 412 do ano passado, que foi aprovada nesta Casa, mas que não teve o nosso voto favorável, ele alega o seguinte:

(Passa a ler.)

"Não faz jus à pensão por morte o dependente que houver sido autor, co-autor ou partícipe do homicídio doloso contra a pessoa do segurado, ainda que na forma tentada, desde o trânsito em julgado da sentença condenatória."

Ou seja, esse advogado do Iprev não sabe nem ler a lei, porque está escrito aqui que é depois da sentença ter transitado em julgado, se for o caso do dependente, no caso a dependente, ter alguma relação com o homicídio!

E é preciso registrar que não há nenhum documento, deputado Lício Mauro da Silveira, que indique qualquer possibilidade de participação da sra. Vanessa no homicídio do seu marido, que estava trabalhando como policial militar, na noite em que foi assassinado, numa ocorrência policial! Pelo contrário, naquela mesma madrugada o autor do homicídio foi preso, e está preso! Mas o Iprev entende, com base nesse artigo que citei, que não deve pagar pensão à viúva enquanto não descobrir que não foi ela que matou. Ou seja, pela cabeça desse advogado do Iprev, do qual não vou citar o nome por questão de ética, todas as esposas de policiais e bombeiros são suspeitas da morte do marido. Assim, a esposa, além de ficar em casa aflita porque o marido foi trabalhar e enfrentar a criminalidade, também será, se ele for assassinado, for morto em serviço, a primeira suspeita da sua morte, segundo certa posição que existe dentro do Iprev.

Por isso recorremos ao presidente do Iprev, sr. Demetrius Hintz, no sentido de que dê uma olhada nessa questão, porque isso é um absurdo, uma excrescência jurídica para embromar uma pobre viúva de um policial militar morto em serviço, assassinado por bandidos na Grande Florianópolis!

Outro assunto que temos que voltar a abordar aqui, porque não há como não falar, é o caso do sargento Luciano Luiz de Souza, que foi excluído da PM sem chance de apelação, apesar de o conselho que julgou o processo dizer que não era caso de exclusão. O comandante-geral, coronel Eliésio Rodrigues, avocou para si a responsabilidade e excluiu-o. Ele fez a reconsideração de ato e em algumas horas saiu a decisão final: exclusão.

Está sendo impetrado mandado de segurança para evitar essa barbaridade, porque se fazemos um processo que se destina a levantar e investigar uma situação, a conclusão é de que não há elementos para uma exclusão e mesmo assim o comandante resolve excluir, é o fim da picada! Exclusão sumária sem apelação é um absurdo!

Na manhã de hoje, o nosso gabinete distribuiu um ofício a todos os colegas deputados desta Casa falando sobre essa situação e pedindo, inclusive, apoio para que possamos discutir alguma forma de evitar que o estado democrático de direito deixe de existir em Santa Catarina.

Outro assunto ainda na mesma direção diz respeito à última decisão - fomos informados há poucos instantes - da comissão de promoção de praças da Polícia Militar, que é presidida pelo subcomandante-geral, coronel Maciel, de que todos os policiais militares que estão respondendo a inquérito ou que estão no Conselho de Disciplina sejam retirados da lista de promoção do próximo dia 5. Ou seja, existe o processo em andamento que está investigando uma situação, mas de antemão a comissão de promoção de praças da Polícia Militar decide retirar os praças que eles avaliam que vão ser condenados.

Srs. Deputados, isso é julgamento prévio! Embora o comandante negue que haja prejulgamento nessa história, não resta dúvida de que é julgamento prévio, sim, porque se ninguém pode ser condenado antes do trânsito em julgado da sentença, como alguém pode perder um direito porque está respondendo a um processo?

Parece até aquela outra decisão do comandante de que nenhum policial militar pode sair da sua cidade. Isso vale desde o mês de janeiro; vai completar quatro meses que os policiais militares estão proibidos de sair da sua cidade sem autorização prévia do comandante, o que é um atentado ao estado democrático de direito. Já faz quase três meses também que é proibida a circulação na esfera administrativa da Polícia Militar com a camiseta das associações. Estão falando com certeza da Aprasc e da camiseta do movimento das esposas, como se isso fosse uma barbaridade e fosse ameaçar a segurança de alguém. E agora essa da CPP.

Esperamos que o comandante-geral reveja essa situação, porque é evidente que a Justiça se pronunciará e não aceitará uma situação dessas. Não é possível que alguém no Brasil, em plena vigência da Constituição e do estado democrático de direito, possa ser julgado, condenado, possa ter prejuízo na carreira, na profissão e na vida por conta de uma decisão que ainda não foi tomada, cujo processo não foi concluído - em muitos casos não há nem processo iniciado.

Portanto, essa é uma situação em que é preciso que todos os poderes deste estado se pronunciem. O Poder Legislativo, sim, cada um dos 40 deputados aqui presentes, o Ministério Público e o Poder Judiciário têm que se pronunciar. Porque pelo chefe do Poder Executivo, pelas informações extra-oficiais que tenho, este é o caminho das coisas: não há apelação, é para punir exemplarmente sem dó nem piedade, mesmo quando o processo indique que aquele servidor não tinha nenhuma relação com as acusações pelas quais está sendo, foi ou será julgado.

Por fim, quero informar da panfletagem que os praças e o movimento das esposas e familiares de praças farão no final da tarde de hoje, no Terminal Central - Ticen -, de Florianópolis, os quais falarão com a população sobre essa situação, sobre esse caso, até porque ir direto à população é a melhor forma de se comunicar, porque ela, infelizmente, fica sempre com a versão de quem tem o poder, de quem está no poder, e a sociedade precisa saber dos arbitrios que se estão cometendo dentro de uma instituição pública comandada pelo governador Luiz Henrique da Silveira, que é o caso da Polícia Militar de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, eu agradeço a sua gentileza por me conceder dez minutos.

Mas, sr. presidente, nós não poderíamos deixar passar em branco o dia de hoje, pois é o Dia da Educação. É lógico que hoje também é o Dia da Sogra.

Deputado Kennedy Nunes, hoje de manhã, no *Diário Catarinense*, eu fiz o teste da sogra e, depois de ver o resultado, deu para ver que a minha sogra é um anjo. Até vou pedir ao deputado Padre Pedro Baldissera para me corrigir nesse sentido, haja vista que ele é padre! Bom, mas o nosso problema é a educação.

Srs. deputados, o Brasil, ao longo dos tempos, passou por uma série de modificações. Antigamente nós tínhamos o Primário, o Exame de Admissão, o Ginásio, depois o Científico, o Normal ou o Clássico e em seguida o ensino superior. Posteriormente, mudamos para 1º Grau, 2º Grau e 3º Grau. Não contentes com essas modificações, passamos, então, para a profissionalização em nível médio em todo o Brasil. Foi um desastre, haja vista que o governo, na ocasião, não tinha estrutura suficiente para profissionalizar a educação no nível médio.

Recentemente foi feita uma modificação, deputado Professor Grandó, que eu já estou começando a acreditar que vai dar os frutos necessários ao desenvolvimento da nossa sociedade. Nós temos dois níveis: a Educação Básica e a Educação Superior.

Com relação à Educação Básica, v.exas. já sabem, ela é subdividida em Ensino Infantil, de zero a seis anos, prevalecendo de zero a três a creche e de três a seis a pré-escola; em Ensino Fundamental, que vai até nove anos; em Ensino Médio, e o último nível, que é a Educação Superior.

Eu, como deputado, estou desenvolvendo um trabalho bastante profundo no que toca à Educação Básica, que é a educação que faz o alicerce das nossas crianças, para que tenham um ensino de qualidade.

Mas como o governo está acompanhando essa qualidade? Está sendo feito hoje um processo de avaliação constante, que, creio, dará frutos altamente satisfatórios no futuro. Nas formas de avaliação temos a Provinha Brasil e o Saeb, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que juntos formam o Ideb, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que o governo está procurando aferir de forma sistemática, para que até 2022 tenhamos a nota seis, no mínimo, em todo o Brasil.

Graças a Deus, aqui no estado de Santa Catarina boa parte das nossas escolas, quer sejam municipais, quer sejam estaduais, temos um Ideb um pouco mais elevado do que em outras regiões do Brasil. Portanto, é interessante que na questão da educação nós, deputados, vereadores, prefeitos, governo e sociedade como

um todo, envolvamo-nos no processo para que tenhamos resultados cada vez melhores.

E nesse sentido as peças fundamentais de todo o processo são o professor, logicamente, e a família. Mas o professor ainda não é bem remunerado; o professor vive sem oportunidade de ter o seu aperfeiçoamento constante; o professor tem o seu piso salarial, apesar de já aprovado no Congresso Nacional, alvo de arguição de inconstitucionalidade por muitos governos estaduais. Ainda mais, não só pesam em cima do professor esses problemas de salário, de aperfeiçoamento, como existem também problemas referentes à saúde do aluno, em função da má alimentação, problemas decorrentes da sua família. Tudo isso adentra a escola, fazendo com que às vezes a educação não seja aquilo que queremos que seja.

Portanto, diante de todos esses problemas que nós citamos, conclamamos mais uma vez a sociedade para que lute no sentido de que a educação seja realmente de qualidade, pelo menos isso.

Eu tenho visitado diversas Câmaras Municipais solicitando que de uma forma apartidária tenhamos a educação como prioridade das prioridades. Porque a educação é a única saída que a sociedade tem de evoluir econômica e socialmente. Não existe outra saída, se queremos realmente ter uma sociedade melhor no futuro, temos que desenvolver esse processo da educação, para que realmente colhamos frutos mais adequados.

Tenho certeza absoluta de que, em nível de governo federal, teremos, no futuro, resultados amplamente satisfatórios com essa sistemática de avaliação do ensino médio e com essa modificação no vestibular, baseando a entrada na universidade no resultado da avaliação do ensino médio, que é feita através do Enem.

Diante disso, acredito que é importante que nos envolvamos nesse processo, para fazer com que a comunidade seja realmente participe, porque não adianta apenas o professor ficar dentro da sala de aula fazendo de tudo para que o aluno tenha um resultado mais qualificado, já que a colaboração da família é essencial.

Por isso, como deputados, como políticos, é muito importante que façamos um movimento nos municípios que visitamos, no sentido de que a educação tenha o seu caminho assegurado. Até recomendo que o governo do estado, neste momento, através de alguns estudos, passe o ensino médio para a responsabilidade das prefeituras. E aí chamo a atenção de todos os prefeitos, para que melhorem, em primeiro lugar, aquilo que está sob a sua responsabilidade: a educação infantil e o ensino fundamental.

Depois de verificar os resultados através dos índices de avaliação, aí, sim, vamos conversar com o governo, para que se ajuste, então, o ensino médio em todos os municípios. Antes disso não pode ser. O que vai acontecer se o governo impuser que o ensino médio vá para o município? Vai acontecer que nem no ensino infantil nem no fundamental teremos os resultados satisfatórios, muito menos no médio. É preciso assegurar que o ensino fundamental seja mais bem atendido nos municípios, a fim de que sejam tomadas outras medidas necessárias.

Educação é responsabilidade não só dos deputados, mas de toda a sociedade. Vamos engajar nesse processo, vamos assumir isso com maior responsabilidade, para que possamos ter futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A Presidência dá conhecimento ao Plenário da Mensagem n. 929.
(Passa a ler.)

"Excelentíssimo sr. presidente, sras. e srs. deputados da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Em estrita observância às determinações contidas nos arts. 40, inciso IV, alínea 'c' e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa augusta Casa Legislativa que devo ausentar-me do país, com destino ao Uruguai, saindo no dia 28 de abril, no período noturno, e retornando no dia 29 do corrente mês, igualmente no período noturno, para cumprir agenda constante no roteiro anexo, visando à presença de uma grande comitiva Sul-Americana ao Word Trade & Tourism Council - WTTTC (Conselho Mundial de Turismo), que se realizará em Florianópolis, entre os dias 14 e 18 de maio próximo.

Florianópolis, 27 de abril de 2009

(a) Luiz Henrique da Silveira
Governador do Estado"[sic]

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente e srs. deputados, a minha presença nesta tribuna é para prestar uma homenagem à imensa torcida da Chapecoense. Mas antes quero fazer um registro, de forma muito respeitosa, à torcida, à direção e aos jogadores do Avaí.

A melhor forma de prestar esse respeito foi a forma como a cidade e a torcida de Chapecó receberam todos que lá estiveram no final de semana. Aconteceu uma verdadeira festa, sem nenhum incidente entre as torcidas. Ao contrário, houve um grande conagração, em que a alegria, a torcida, a parte saudável do futebol esteve na sua plenitude.

Por isso, ao homenagear o Avaí, os seus jogadores, a sua diretoria, na pessoa do presidente Zunino, estendo essa saudação a todos os avaianos, especialmente aos de Florianópolis, como é o caso do deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Nobre deputado, quero dizer a v.exa., como um grande esportista que é, que domingo haverá troco, com certeza absoluta. Não adianta ficar com esse sorriso, porque o Leão vai honrar a camisa novamente.

Parabéns! Foi um grande jogo.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Nobre deputado, isso é possível, tanto é possível que preferi vir hoje para ter a certeza de que poderia fazer essa comemoração em um clima propício. Até porque para os jogadores da Chapecoense, para a diretoria da Chapecoense e para a nossa torcida é muito mais difícil, deputado Pedro Uczai, que convive conosco lá em Chapecó. É muito mais difícil porque a cada quarta-feira o ônibus da Chapecoense saía da cidade, ia até Joinville - são 600 quilômetros para ir e mais 600 quilômetros para voltar -, voltava na quinta-feira para jogar no domingo. Na segunda-feira rodava mais 600 quilômetros para ir até Criciúma e voltar no dia seguinte para fazer uma nova partida. São mais de 30 dias de viagens, mais de 12 mil quilômetros só no quadrangular final.

Todo esse esforço, toda essa dificuldade suplantada é uma alegria do povo não apenas de Chapecó, mas de toda a região oeste. É uma alegria que não tem cor partidária, que não tem ideologia. É uma alegria viva, que contagiou todos os chapecoenses.

Por isso, quero prestar, desta tribuna, uma justa homenagem ao presidente da Chapecoense, à sua diretoria e aos jogadores, que estão fazendo um belíssimo campeonato. Independentemente de qual seja o resultado de

domingo, a Chapecoense já é uma grande vencedora por ter chegado à final, por ter classificado o seu time na série D, por estar na Copa do Brasil, por ter um calendário para o ano todo, que esperamos que no ano que vem continue. Ela conseguiu chegar até a final porque tem um povo brigador, um povo de muita raça, que tem na sua gente o seu grande patrimônio.

A alegria que vivemos no domingo, com certeza, foi compartilhada aqui, em Florianópolis, por alguns torcedores do Figueirense, não por todos. É a alegria de quem gosta de futebol.

No domingo teremos a última partida. Qualquer um dos dois times que ganhar será merecedor. É evidente que o Avaí tem um time de série A e é favorito sempre para a conquista, mas não poderíamos deixar de prestar essa homenagem aos jogadores, à torcida da Chapecoense, que foi maravilhosa, como eu disse, não apenas no jogo, mas na recepção aos torcedores do Avaí, de forma amistosa, como é característica da nossa gente, do nosso povo.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentar v.exa., deputado Gelson Merísio, porque o Parlamento também é um espaço para expressar o que o povo está sentindo. E uma grande região do estado está participando dessa experiência do futebol catarinense e da Chapecoense.

Parabéns à torcida da Chapecoense, que tem demonstrado como é bonito torcer por um time; parabéns à diretoria e ao próprio time. Quanto à Copa do Brasil, já conquistamos. E estou torcendo para que no domingo conquistemos também o título catarinense. Com todo o respeito aos avaianos, da capital do estado, vai ser verde o final de semana. Quanto ao azul, que brilhe no céu, porque nas terras catarinenses vai brilhar o verde e o branco da Chapecoense.

Um abraço!

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Tomara que as suas previsões se confirmem, deputado Pedro Uczai. O bom do futebol é que ele permite que convivamos num ambiente de alegria, amistosamente, mas com um objetivo claro. Estamos perseguindo a vitória, mas vamos respeitar muito, é claro, o Avaí, se eventualmente vir a ser o campeão. Mas acreditamos muito que quem lutou tanto, trabalhou tanto, terá, no próximo domingo, mais uma conquista.

Quero também fazer um registro, já que estamos falando de esportes, acerca da equipe feminina de futsal de Chapecó, que venceu a Taça Brasil de Clubes de Futsal no último final de semana, o que mostra o bom momento do esporte amador de Chapecó.

Quero encerrar a minha manifestação em forma de homenagem à nossa Chapecoense, especialmente à nossa torcida maravilhosa, com a última estrofe do nosso hino.

(Passa a ler.)

"A força imensa de tua fiel torcida

Que nos estádios tudo é lindo e nos

fascina

A nossa massa, meu Verdão, mexe

contigo

Tu és querido em toda Santa

Catarina."[sic]

Parabéns a todos os torcedores da

Chapecoense e o nosso respeito aos avaianos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado ao deputado Gelson Merísio.

Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PMDB.

Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, ocupo a tribuna, na data de hoje, para fazer um breve relato da viagem ao Parlamento Europeu, onde fui representar a Assembléia Legislativa de Santa Catarina compondo uma delegação organizada pela União Nacional dos Legislativos Estaduais - Unale.

Para mim foi de extrema valia ter podido viver essa experiência, já que aqui, na Assembléia Legislativa, atendo-me a alguns assuntos relacionados ao Mercosul e percebo, muitas vezes, a angústia das pessoas no sentido de que o Mercosul está andando muito devagar, que as coisas não acontecem de forma rápida. Mas isso, efetivamente, faz parte do processo. E lá tive a oportunidade de compreender melhor isso.

A Comunidade Européia vem trabalhando, há mais de 50 anos, com vistas a uma maior congregação dos seus estados-membros. Ela vem aos poucos fazendo essa construção, já que não existe um paralelo no mundo para poder espelhar-se. Então, é muito interessante a forma como está organizada agora, apresentando resultados cada vez mais concretos e andando a uma velocidade um pouco maior.

O Parlamento Europeu já está devidamente organizado e dele fazem parte 785 deputados, eleitos pelo voto em cada um dos seus 27 estados-membros. E traçando um paralelo, o Mercosul também, agora, em 2010, já vai eleger parlamentares, ou seja, está prevista a eleição de parlamentares de cada um dos países que o compõem. Então, vamos passar também por essa experiência, quem sabe, já em 2010.

Como deputados estaduais precisamos estar atentos a essa questão e preocupar-nos com a maneira como vamos participar e externar as nossas opiniões acerca da participação de Santa Catarina no Parlamento do Mercosul.

Lá, os deputados são organizados por grupos políticos e não por blocos nacionais. O que é uma coisa bem interessante, porque a partir do momento em que o parlamentar é eleito, ele deixa de defender os interesses do seu país de origem e passa a defender as teses do bloco político a que escolheu pertencer.

Também existe o Conselho da União Européia, que é formado por um ministro de cada país e que participa das reuniões de acordo com o tema fixado para aquela reunião. E é nessa comissão que acontecem as principais decisões da União Européia.

Existe também a Comissão Européia, que é independente dos governos nacionais e que tem por missão representar e defender os interesses da União Européia no seu todo. Ela elabora as propostas da legislação européia e apresenta ao Parlamento Europeu e ao Conselho, para análise e manifestação. Na verdade, é o braço executivo da União Européia, que assegura a sua gestão corrente, no que se refere à aplicação das políticas, à execução dos programas e à utilização dos fundos. E existe também o Tribunal de Justiça da Comunidade Européia, sediado em Luxemburgo, que tem como missão uniformizar a aplicação da legislação européia a que estão sujeitos todos os países membros. Essa é uma forma bastante interessante de organização com a qual vamos passar a conviver mais intensamente aqui, no âmbito do Mercosul.

Quereria também aproveitar esses minutos que ainda me restam para deixar uma mensagem de otimismo e parabenizar o nosso colega, deputado Herneus de Nadal, pois daqui a pouco vamos ter a sessão de escolha do novo conselheiro do Tribunal de Contas.

Eu e o deputado Rogério Mendonça, que estávamos escritos, declinamos da nossa inscrição para apoiar o deputado Herneus de

Nadal, que na data de hoje, com a aquiescência dos demais colegas parlamentares, deverá ser eleito o novo conselheiro do TCE, o que vem coroar a carreira brilhante de um político que há 25 anos vem exercendo mandatos eletivos e que nesta Casa, já por cinco mandatos, construiu uma história de sucesso, onde é respeitado e admirado por todos os colegas parlamentares. Ele contribuiu com o seu trabalho para dignificar este Parlamento e fazer com que Santa Catarina crescesse com a sua colaboração, com a sua maneira de tratar a coisa pública.

Por isso, quero desejar ao deputado Herneus de Nadal, desde agora, muito sucesso na sua nova atividade, na sua nova empreitada, para que continue prestando um grande trabalho a Santa Catarina, agora nessa nova função que será incumbido de desempenhar.

Transfiro agora o restante do tempo do partido ao deputado Romildo Titon, que vai fazer o seu pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Romildo Titon, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, venho à tribuna, meu caro líder, deputado Antônio Aguiar, porque voltei de Brasília, hoje pela manhã, bastante animado, depois de participar de eventos importantes que continuarão acontecendo ainda hoje, amanhã e na próxima quinta-feira, da Confederação Nacional da Agricultura, com a participação de técnicos, cientistas da Embrapa, colocando para o Brasil, para as entidades e para os políticos uma versão sobre o grande movimento que está sendo realizado em nível de Brasil para que o Congresso Nacional avance para reformular o Código Florestal Brasileiro.

Ontem à noite tive a satisfação de representar Santa Catarina, esta Assembléia Legislativa, na Confederação, com a presença de todos os estados do Brasil, ocasião em que tive a oportunidade de colocar o Código Ambiental que aprovamos nesta Assembléia Legislativa, que se está tornando o mote de uma grande discussão no país e que movimentou a classe política, ambientalistas, técnicos de uma forma geral, porque todos estão sentindo a necessidade de haver uma revisão no Código Florestal Brasileiro, sob pena de inviabilizarmos toda a nossa produção.

E por outros pontos é que volto muito animado. Lá assistimos à exposição feita por pesquisadores, cientistas da Embrapa, e são os melhores do Brasil, que demonstraram realmente que nós, aqui em Santa Catarina, deputado Lício Mauro da Silveira, estamos no caminho certo. Todos os indicativos das palestras dos pesquisadores mostraram que nós estamos no caminho correto, muito embora haja algumas contradições.

Ouvimos a exposição do pesquisador Evaristo de Miranda, mestre e doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa, que trouxe alguns números que dão conta de que o Brasil tem preservado o meio ambiente suficientemente e que possui áreas de preservação que causam inveja a qualquer país.

Pela explanação que lá foi feita, constatamos, deputado Pedro Uczai - e v.exa. também debateu muito o Código Ambiental aqui na Assembléia Legislativa -, que temos praticamente 71% do território brasileiro coberto por vegetação, seja a floresta amazônica, seja o pantanal, as caatingas ou as áreas de reserva legal. Enfim, sobram apenas 29% do território brasileiro para se produzir.

Parece-me que esses números e essa exposição que tive a satisfação de ouvir ontem foram também colocados para o presidente Lula, há poucos dias, que gostou muito dos dados e mostrou-se muito favorável em ajudar a acelerar o

processo para que o Congresso Nacional reveja o Código Florestal Brasileiro e tome alguma atitude.

Ouvi também uma defesa feita por um jurista brasileiro, que deu a direção de como os estados devem buscar a sua autonomia e legislar acerca dos seus Códigos Ambientais, indo, mais ou menos, na mesma direção que Santa Catarina tomou, defendendo os mesmos pontos que traz o art. 24 da Constituição Federal, que dá o direito ao governo federal de estabelecer as regras gerais e aos estados de legislar de acordo com as suas peculiaridades. Ele defendeu firmemente essa tese, confirmando a direção que tomamos aqui no estado.

Voltei de lá muito animado e vejo um espírito muito positivo no Congresso Nacional no sentido de uma mudança urgente, além do movimento formado pelas maiores instituições deste país, que caminha nessa direção.

Acho que o Código Ambiental de Santa Catarina está servindo de exemplo - se não foi o melhor, se não foi aquilo que todos desejavam, foi realizado o que foi possível -, estão sendo tomados como parâmetro alguns artigos e muitos estados pretendem ir na mesma direção.

Ouvi a manifestação de representantes de vários estados na noite de ontem, naquelas palestras, e houve um debate, posteriormente, de representantes de estados que estão tomando a mesma iniciativa. Toma-se um rumo positivo em relação ao caminho que traçamos e também no sentido de levar o Congresso Nacional a agilizar essa posição.

Amanhã à noite haverá também - e quero participar, pois vamos voltar para Brasília amanhã, juntamente com o presidente da Casa e os líderes das bancadas - a entrega da cópia do Código Ambiental de Santa Catarina ao deputado Michel Temer, presidente da Câmara Federal, ao presidente do Senado, José Sarney, e também ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, ocasião em que vamos fazer as colocações, uma vez que fomos convocados pelo presidente da Assembléia.

À noite teremos a oportunidade de participar de outra reunião, de outra exposição, em que os deputados federais participarão caminhando todos nessa direção que julgo ser importante, positiva e esclarecedora para todos os brasileiros, quando agora se cria esse novo fato e direciona-se o Congresso Nacional a buscar definitivamente uma revisão do Código Florestal Brasileiro, que de 1965 para cá vem sendo remendado com resoluções, com decretos e com portarias, deixando o Congresso Nacional, que é a Casa das Leis, de fora, sem legislar.

Nós agimos nesse caminho e acreditamos que será o caminho que o Brasil tomará!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença no Parlamento catarinense de dois vereadores sobre os quais Porto Belo ainda vai escutar falar muito: professor Elias Cabral e Altino Júnior, que juntos têm feito um grande trabalho à frente do Parlamento Municipal, da Câmara de Vereadores de Porto Belo.

Diga-se de passagem, participei da posse deles no dia 1º de janeiro deste ano e lá em Porto Belo, deputado Adherbal Deba Cabral, renovou-se, se não me falha a memória, 100% dos vereadores. E eles são fruto dessa nova safra que certamente muito fará por Porto Belo, para que ela fique cada vez mais bela em Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente nós gostaríamos de saudar os vereadores do município de Três Barras: o presidente da Câmara, vereador Francisco Altamir Farias, do PTB; a vereadora Siomara Muhlmann Correa, vice-presidente da Câmara, do PP, enfermeira competente, colega a quem conhecemos muito bem; a vereadora Renilce Palhano de Oliveira, do DEM; e o vereador João Francisco Canani, do PTB.

Eles nos honram muito com a sua presença nesta Casa, fazendo com que este Parlamento sintam-se honrado com a representação das mulheres, principalmente, pois acho que é a vez primeira que se fazem presentes nesta Casa.

Muito obrigado pela visita!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem aqui no plenário da Assembléia Legislativa, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, minhas senhoras e meus senhores, na noite de ontem, na cidade de Blumenau, ocorreu a posse do novo presidente da centenária Acib - Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Estavam presentes os deputados Jean Kuhlmann e Ismael dos Santos, senadores da República, deputados federais, o governador Luiz Henrique da Silveira, o secretário da Educação, Paulo Bauer, e tantas outras lideranças que foram a Blumenau emprestar o prestígio àquela entidade que, diga-se de passagem, deputado Dirceu Dresch, é centenária, pois iniciou seus trabalhos no dia 5 de novembro de 1901.

Antes disso, deputado José Natal, Blumenau já tinha uma organização não empresarial, mas de agricultores, a primeira de Santa Catarina também, a Kulturverein, que era a associação e o sindicato dos agricultores. A partir dali, Gustav Salinger, o nosso primeiro presidente, fundou a Acib, que se tem destacado como fomentadora do desenvolvimento de Santa Catarina, de Blumenau e da região, fazendo com que os pleitos da comunidade empresarial e social possam ter eco no poder público e na sociedade como um todo.

Por isso, quero falar na tribuna, no horário do partido, sobre a Acib e a posse de ontem.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço com muito orgulho o deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, quero aliar-me à sua intervenção, à belíssima festa ocorrida ontem, no Teatro Carlos Gomes, e não só porque a Acib foi a primeira Associação Comercial e Industrial de Santa Catarina.

Mas queremos aqui registrar os nossos votos de sucesso ao novo presidente, Ronaldo Baumgarten Júnior, e as considerações a Ricardo Stodieck, que fez um trabalho brilhante, sempre motivando as ações com grandes bandeiras para Blumenau e região.

Pelo trabalho do Ricardo, fica aqui o nosso reconhecimento e a gratidão do povo de Blumenau.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, deputado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Giancarlo Tomelin.

Queremos também registrar os nossos parabéns a Ronaldo Baumgarten Júnior, esse jovem empresário que está agora com a responsabilidade e a missão de dar continuidade a todos os trabalhos realizados pelos antigos presidentes da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, essa entidade centenária.

Tenho certeza de que ele irá liderar com muita competência aquela associação, assim como tem dirigido as empresas da sua família.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Ronaldo Baumgarten Júnior assume a Acib e quase que os destinos do empreendedorismo de Blumenau nesses próximos dois anos, num momento complicado da economia, associado a um momento ambiental complicado pelo qual a nossa região passou. Tenho certeza de que o modelo catarinense de desenvolvimento econômico, implantado nas últimas três, quatro, cinco décadas, será o antídoto eficaz para que a crise não chegue de forma tão avassaladora à nossa região.

Chegou o momento, srs. deputados, em que esse modelo, que preserva o empreendedor, que estimula, que faz com que o associativismo cada vez mais se fortaleça, deve revelar a sua faceta positiva e bloquear a crise, porque os grandes grupos econômicos já estão tomando atitudes na Europa e nos Estados Unidos, o que começou a gerar consequências, por exemplo, na cadeia têxtil. Grandes cadeias varejistas europeias estão cancelando investimentos, fazendo com que não aconteça a abertura de novas lojas, e isso, consequentemente, vai atingir a produção.

Por isso esse é um momento que pode revelar o modelo catarinense, e o pequeno e médio empresário poderão realmente mostrar a que vieram. E aí talvez seja o momento de se trabalhar mais, e não menos, de produzir melhor, de investir mais tempo na classe empreendedora e na classe trabalhadora, para produzir com mais tecnologia, com mais *designer*, com mais capacidade, gerando produtos mais adaptados à sociedade, ao consumidor, para manter o consumo.

Por isso, Ronaldo Baumgarten Júnior assume a Acib nesse momento, e tenho a absoluta convicção de que ele está preparado para o desafio. Em primeiro lugar, deputados Ismael dos Santos e Kennedy Nunes, porque a fruta não cai longe do pé, e o pai do Ronaldo, o nosso querido Rony Baumgarten, foi conselheiro de tantos, meu, inclusive. Quantos de nós não acorremos ao seu escritório ou à própria Acib para ouvir os conselhos ponderados do Rony Baumgarten. E o Ronaldinho teve em casa isso. Então, vai poder colocar em prática tudo aquilo que aprendeu em família.

Eu não poderia esquecer o trabalho desenvolvido pelo Ricardo Stodieck, que foi o nosso presidente nos últimos quatro anos, um conciliador na acepção mais pura da palavra, que soube conciliar forças políticas até certo ponto divergentes - aquilo que ele chama de política de resultados -, o que está dando certo na nossa cidade. Está dando absolutamente certo!

Então, quero parabenizar o Ricardo Stodieck, que é um bravo, um lutador. E ontem, ouvindo-o discursar, lembrei-me da passagem da *Canção do Tamoio*, de Gonçalves Dias, quando diz assim na primeira estrofe: "Não chores, meu filho; não chores, que a vida é luta renhida: viver é lutar. A vida é combate, que os fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar."

Por isso o Ricardo Stodieck sai fortalecido da Acib para um novo desafio à frente da diretoria técnica da SC Parcerias, inclusive incorporando o pleito da construção de um grande aeroporto em nossa região, um aeroporto *hub*, capaz de suportar toda a necessidade de infraestrutura turística na nossa região.

Quanto ao Ronaldo, que fica lá para coordenar os núcleos de base, os núcleos setoriais, eu quero lembrar o poeta Maiakovski, que em plena revolução russa dizia o seguinte (e é para você, Ronaldo, que eu trago este pensamento): "Mas o que há de novo? Nada há de novo no rugir das tempestades. Não estamos felizes, é verdade, mas por que razão haveríamos de estar tristes? O mar da história é agitado e devemos romper as dificuldades da vida, assim como a quilha corta as ondas do mar."

Por isso, Ronaldo Baumgarten Júnior, o nosso apreço, a nossa consideração e a parceria do histórico momento que Blumenau vive, de ter quatro deputados estaduais aqui no Parlamento catarinense ao lado da Acib e do ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só para dizer ao deputado Giancarlo Tomelin que não é só Blumenau que vai ter quatro deputados nesta Casa. A partir de amanhã a cidade de Joinville também terá um quarto deputado nesta Casa, o vereador José Cardozo, que se encontra aqui e que amanhã às 14h vai assumir como deputado no rodízio que faz o PPS, o que para nós é um prazer. Amanhã eu estarei em Brasília, mas sintam-se em casa, com certeza, e seja bem-vindo à bancada dos deputados catarinenses, principalmente como representante do norte.

Agora, sim, não precisamos mais ficar escutando o deputado Giancarlo Tomelin dizer que só Blumenau tem quatro deputados. Agora, Joinville também vai ter quatro deputados.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós, que representamos o planalto norte, também desejamos as boas-vindas ao deputado José Cardozo. Amanhã não estaremos aqui, pois vamos viajar para Brasília, mas queremos desejar-lhe boas-vindas a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de conceder a palavra ao deputado Dirceu Dresch, no horário destinado ao PT, por nove minutos, esta Presidência informa aos srs. deputados que estão no plenário e nos gabinetes que encerraremos esta sessão e convocaremos outra extraordinária para votar e escolher o nome desta Casa para o Tribunal de Contas. Estejam todos agendados para, depois da sessão ordinária normal, fazermos uma sessão especial para votar o representante desta Casa para o Conselho do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero, como fez o presidente, também falar do grande time de futebol do oeste, o Chapecoense, que representou a garra e a coragem do povo oeste, respeitando os avaians, os azuis, também. Eu, como gremista, também respeito o

time avaiano, mas com certeza quero parabenizar o Chapecoense por essa bela vitória nesse final de semana. O Chapecoense vem com tudo para ser campeão do Campeonato Catarinense. Então, quero parabenizar todos os chapecoenses, como oestino também, em nome da nossa bancada.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. deputado Dirceu Dresch, não tive oportunidade antes, mas quero dizer que nós, avaianos, estamos confiantes de que no domingo poderemos reverter aquele resultado em Chapecó e, na terça-feira estaremos, aqui, como campeões do estado, junto com a torcida avaiana, fazendo a festa neste plenário também.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Olha deputado, pelo ritmo que o Chapecoense vem mostrando não tem como segurar, vamos embora!

Eu quero registrar também que, no último sábado, estivemos com a deputada Ana Paula Lima e com o deputado Pedro Uczai do nosso partido, em Florianópolis, numa plenária extraordinária, que contou com a participação de mais de 300 lideranças de todo o estado, onde discutimos a situação econômica e política do país e do estado. E estamos muito contentes neste momento, como diz o nosso presidente, como nunca antes.

O partido estava bem unificado, já com suas lideranças fazendo o debate sobre a campanha do ano que vem. Então, com certeza, o Partido dos Trabalhadores vem aí com uma força muito grande para 2010.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Meu líder de bancada, deputado Dirceu Dresch, foi um encontro importante para a unidade do nosso partido! O presidente Lula está-se transformando numa das maiores lideranças, num dos maiores estadistas, não só da história do Brasil, mas do mundo.

Portanto, essas conquistas estão sendo reconhecidas pelo povo, e o Partido dos Trabalhadores está aproveitando este grande momento para eleger uma mulher como presidente e uma senadora como governadora de Santa Catarina.

Parabéns ao PT! Parabéns à direção partidária! Parabéns a esse encontro fundamental que aconteceu no sábado, mostrando a unidade que vai produzir a vitória no próximo ano.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Eu quero registrar aqui a presença e a participação do dr. Márciochmann, presidente do EA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que fez sobre os rumos da economia e da política tanto no Brasil como no mundo.

Estranhei, ontem, srs. deputados e sras. deputadas, uma caravana visitando as obras do PAC. Quem diria! Isso só acontece porque se trata de um grande programa. O governo brasileiro está fazendo uma inovação extraordinária e teve a coragem, depois de 30 anos, de lançar um grande programa de desenvolvimento no Brasil.

Nós não tínhamos mais estratégias de desenvolvimento em nosso país principalmente na área de infra-estrutura, das nossas rodovias. Deputado Gelson Merísio, nós, do oeste, estivemos há pouco discutindo sobre a questão das rodovias federais, da BR-282, e foi uma pena o deputado Caiado e o deputado Paulo Bornhausen não visitaram a BR-282, deputado Kennedy Nunes, que liga Lages a Campos Novos, que era uma das lutas importantes do deputado

Romildo Titon, coordenador do fórum, de muitos e muitos anos, que nunca saía, mas agora está pronta. Inclusive está praticamente pronta até a divisa com a Argentina. Estamos esperando os argentinos fazerem a parte deles, estamos trabalhando com eles para que isso aconteça.

Então, não vamos dizer que não temos problemas, pois discutimos ainda pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, o nosso problema do pedágio em Palhoça. Temos problemas, sim, reconhecemos isso, agora precisa ser reconhecido que de fato o Brasil está mudando. O Brasil está mudando, e vamos trazer inclusive alguns números para comprovar isso com mais segurança para a população catarinense.

Houve aumento do poder de compra da população de baixa renda. A renda real aumentou 5.3%, entre 2003 e 2006. A redistribuição de renda é uma grande novidade no Brasil, os pobres cresceram sua participação na riqueza.

Houve redução da taxa de desemprego. De 1995 a 2002 a média mensal de empregos gerados era de 72 mil. De 2003 a 2006 a média mensal passou para 95 mil. Em 2007, o Brasil registrou a maior geração de empregos formais, desde 1992. Em 2007 foram criados 1,6 milhão de novos postos com carteira assinada. O número é 31% superior ao de 2006, e ao longo de 2007 a média de empregos gerados foi de 134 mil por mês. Então, de 72 mil por mês nós pulamos para até 134 mil novos empregos por mês. Esta é a diferença no Brasil. O recorde histórico entre janeiro de 2003 e janeiro de 2009 foi de 10.3 milhões de ocupações criadas, sendo 8.2 milhões de empregos formais.

Foram implantados vários programas, como o Luz para Todos, o ProUni, bem como programas na linha da soberania nacional, que retirou de pauta as privatizações suicidas, e tratou da questão da Alca.

Quanto ao processo de privatização no Brasil, nós estamos fortalecendo as nossas empresas públicas, e essa é a grande novidade que dá ao Brasil condições de enfrentar a crise. Países como os Estados Unidos e a Inglaterra estão com dificuldade de enfrentar a crise porque não têm mais empresas públicas, não têm mais bancos públicos, porque privatizaram tudo. Estão rediscutindo a estatização de bancos. Quem diria! E há uma luta importante no Brasil para não deixar privatizar essas empresas fundamentais para o país. E, por exemplo, possivelmente, amanhã a Caixa Econômica Federal estará falando sobre suas políticas nesta Casa.

Poderíamos falar sobre outros programas, como o fortalecimento da agricultura familiar de 2.3 bilhões para 12 bilhões; a reforma agrária, em que 448.9 mil famílias foram assentadas, de 2003 a 2007, com 38 milhões de hectares.

Nós poderíamos ir comentando, num tempo razoável, sobre os importantes números que o Brasil está tendo. Quanto ao Risco Brasil, tínhamos 1.439 pontos em 2003, e hoje 399.

Então, esse novo Brasil vem sendo construído. Neste novo Brasil o povo está melhorando a sua renda, está tendo emprego, está tendo salário, está comprando, está se desenvolvendo.

E o Brasil vem enfrentando esta crise, a cada momento, inovando, investindo. Na linha contrária de outros países, que estão reduzindo os investimentos, nós estamos investindo, estamos construindo habitações, por exemplo.

Vi, hoje, uma matéria no jornal de Chapecó, em que a prefeitura de Chapecó terá duas mil habitações no Programa Nossa Casa. Então, isso é importante para Chapecó.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de dar as boas-vindas ao vereador Cardozo, que vem para esta Casa em substituição ao deputado Sérgio Grando, durante um tempo. O nosso amigo Cardozinho é vereador no município de Joinville, pelo PPS, e vem se somar também à representatividade que Joinville tem nesta Casa, com os deputados Kennedy Nunes, Nilson Gonçalves e Darci de Matos. Agora, o deputado José Cardozo ficará conosco e certamente ajudará a defender as reivindicações do norte e nordeste de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero fazer um apelo aos deputados que se encontram nos gabinetes, pois nós temos um projeto importante para aprovar, um projeto do governo sobre os analistas da Fazenda, que prestam relevantes serviços ao estado. É importante aprovarmos este projeto no dia de hoje.

Então, quero fazer um apelo para todos os parlamentares que ainda estão nos gabinetes para que desçam no sentido de que possamos iniciar a Ordem do Dia e possamos cumprir a nossa missão. É um pedido que faço principalmente à base do governo, e também a todos os parlamentares que estão nos seus gabinetes. Peço que desçam para que possamos resolver essa questão, que é muito importante para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, catarinenses que estão aqui e os que nos acompanham tanto pela TVAL quanto pela Rádio Alecs Digital.

Deputado Ismael dos Santos, se você pede para algum funcionário público fazer o favor de antecipar a vinda de um documento, ou seja, furar a fila da normalidade, é legal, é ético? E quando, deputado Lício Mauro da Silveira, você dá dinheiro para isso? Quando eu dou dinheiro, deputados Antônio Aguiar e Manoel Mota, para um funcionário público antecipar um documento e digo: "Olha, o normal é um mês, mas eu te dou um cachezinho para um cafezinho..." Aí recebo o documento em dois dias. É certo, deputado Manoel Mota? O que v.exa. faria num caso desses? Denunciaria? No mínimo, se alguém pagar para um funcionário público fazer a agilização de um processo público de documentação, temos que denunciar! Pois é o que vou fazer aqui hoje! E mais, com tudo documentado, porque não venho para cá com historinha para contar, vou documentar.

Vou documentar que isso está havendo na região de v.exas., deputados Manoel Mota e Ismael dos Santos; aqui também em Florianópolis, deputado Lício Mauro da Silveira; lá no oeste, deputado Dirceu Dresch; lá em Campos Novos, deputado Romildo Titon; até em Canoinhas,

deputado Antônio Aguiar. Está acontecendo isso por toda Santa Catarina. Vou fazer essa denúncia.

Olhem o absurdo que tenho aqui em mãos! Imaginem que o deputado Nilson Gonçalves perdeu ou roubaram um documento, a identidade, a carteira de motorista. Qual é o procedimento? V.Exa. vai na delegacia, faz um boletim de ocorrência, e vai na delegacia civil, da Polícia Civil, para fazer a segunda via. E, para fazer a segunda via da carteira de identidade, o governo atual cobra R\$ 20,00. Está aqui!

No item 2.3.2.2 da Dare - Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais, consta: "Segunda via da cédula de identidade, exceto para os reconhecidamente pobres 20,00". E vocês dizem: "Ah, o governo é bonzinho!" O pobre não precisa pagar! Está aqui, são R\$ 20,00.

E para pegar a segunda via do seu documento, depois de efetuar o pagamento de R\$ 20,00, você espera um mês. O prazo é um mês. Então você chega para um funcionário lá na delegacia e diz assim: "Mas vou ficar um mês sem identidade, um mês é muito tempo. Será que dá para agilizar isso?" O funcionário diz que há um jeitinho e você pergunta: "Qual é o jeitinho?" "Tem um jeitinho aí do cascalho!" "Sim, e quanto é que eu tenho que te dar?" "Não pode dar para mim". "Então, qual é o jeitinho para agilizar?" "O senhor vai e paga um documento de arrecadação de receitas estaduais. A conta é a de n. 2323, expedição: Carteira de Identidade com antecipação do prazo de entrega".

Então, você vai lá e paga R\$ 5,50 que o seu documento vem em dois dias!

O seu governo, deputado Manoel Mota, institucionalizou a propina para furar fila. Está aqui! O seu governo, deputado Antônio Aguiar, institucionalizou a propina para furar fila! E, diga-se de passagem, é uma merreca. O governo cobra R\$ 5,50, sr. presidente, para fazer o cidadão furar a fila para pegar o documento em dois dias, em vez de um mês! Está aqui documentado: ato da secretaria estadual da Segurança Pública. Uma afronta à ética, à moral e à própria legalidade. Uma afronta!

Se antes nós víamos a imprensa no seu papel de fazer a denúncia de funcionários públicos corruptos que iam lá para cobrar propina para agilizar, o governo do estado dizia assim: "Não façam mais isso!" E quando nós vamos ver se eles dizem que o governo atual diz que não é para fazer mais isso porque é imoral, deputado Adherbal Deba Cabral, ele diz assim: "Agora quem vai fazer sou eu, o governo".

A instituição governamental vai fazer a arrecadação da propina legalmente e documentada. Está aqui: R\$ 5,50!

Agora, srs. deputados, se o governo diz que nós podemos pagar R\$ 5,50 para termos o documento em dois dias, isso significa dizer que há condições de dar o documento em dois dias e não é preciso esperar um mês. Se todo mundo puder pagar R\$ 5,50, o documento vai sair em dois dias! Cadê a vergonha na cara, deputado Sílvio Dreveck?!

Srs. deputados, eu me senti envergonhado ontem, ao visitar uma empresa, quando a secretária me disse: "Sr. deputado, olha o que aconteceu comigo". E ela me contando, eu disse que não era verdade! Ai ela disse: "Mas está aqui, eu mostro de novo o Dare, Documento de Arrecadação de Receita Estadual". São necessários R\$ 20,00 para a segunda via da Carteira de Identidade. E o item n. 2.3.2.3 está aqui nas informações adicionais do Dare: "Carteira de Identidade com antecipação do prazo de entrega 5,50". Está aqui o documento!

Entrou no caixa do governo e esta Casa vai fazer o quê? Eu estou fazendo o meu papel, deputado Sílvio Dreveck, denunciando, deputado Genésio Goulart, que o governo atual institucionalizou a cobrança da propina para furar fila por toda Santa Catarina. Isso é uma vergonha!

Estou pronto para encaminhar ao Ministério Público essa vergonha que o estado está...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência, em conformidade com o que dispõe os arts. 326 e 327 do Regimento Interno, convoca todos os srs. deputados para uma sessão extraordinária, no dia de hoje, às 18h, com a finalidade de deliberar sobre a indicação de nome para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Portanto, ficam convocados todos os srs. deputados para uma sessão extraordinária nesta Casa, no dia de hoje.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu fiquei surpresa com a convocação desta sessão extraordinária, pois nós já tínhamos agendado uma audiência pública no município de Gaspar para debatermos as questões sobre a reconstrução das cidades atingidas pela catástrofe.

Então, sr. presidente, consultando os srs. líderes, eu perguntaria a v.exa. se é possível adiantar esta sessão para as 17h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Não vejo nenhum tipo de dificuldade, sra. deputada. Se todas as lideranças partidárias concordarem, não haverá dificuldade alguma.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Eu estou inscrito, mas abriria mão do meu nome para que pudéssemos adiantar a realização da sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu quero dizer que esta audiência pública é muito importante para o município de Gaspar e região que ainda sofrem com as enchentes que aconteceram em novembro do ano passado. Precisamos debater e os deputados estaduais precisam estar presentes nessa audiência.

Então, eu concordo com a deputada Ana Paula Lima de anteciparmos essa sessão. Eu não falei com o nosso líder, mas tenho certeza de que ele, que é também da região, concordará em antecipar a sessão para as 17h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Consulta os srs. líderes para saber se todos concordam.

(Os líderes acquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, esta Presidência fará a Ordem do Dia de forma a não prejudicar o nosso trabalho e para que possamos dar início à sessão extraordinária, às 17h.

Determino à assessoria que comece a preparar a cabine, as cédulas, enfim, todo o processo, para que no máximo às 17h possamos fazer a sessão especial.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, queremos apenas

anunciar, essa é uma tradição do nosso partido, que é pequeno, que estará democraticamente assumindo amanhã, nesta Casa, uma pessoa que foi vereador em Joinville, que carinhosamente chamamos de Cardozinho, por um prazo de dois meses, no rodízio que nós determinamos. E nós nos afastaremos sem vencimentos.

Portanto, priorizando a questão política, eu queria anunciar que a partir de amanhã assumirá nesta Casa o Cardozinho, ao qual desejamos boas-vindas.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sentiremos a sua falta, mas para o seu lugar virá o suplente que tomará posse amanhã.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0020/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0035/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a adoção de livros didáticos, apostilas e/ou similares nas escolas particulares de educação básica no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0066/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Festa das Flores do município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0324/2008, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino suco de uva produzido em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0357/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que

declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Banda de Música do 2º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado .

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0004/2009, de origem governamental, que extingue cargos no âmbito da secretaria do estado da Fazenda, institui mecanismo de acordo de resultados para o incremento efetivo da arrecadação estadual e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditiva e modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal pelo processo eletrônico.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, a nossa posição já foi manifestada aqui em outro momento na tribuna. Vamos nos manifestar contrariamente porque consideramos que é fundamental nós, parlamentares, construirmos uma política de estado e não somente uma política de governo.

Reconhecemos a importância dos fiscais da Fazenda, desses profissionais, tanto é que o concurso que lhes deu acesso ao cargo é de outra remuneração salarial e nós não temos como concordar que se extrapole o teto de governador, chegando, portanto, o salário de fiscal ao salário de desembargador.

Então, vamos nos manifestar contrários por ser inconstitucional e por nós não enfrentarmos o debate efetivo de que salário de governador ou está muito baixo ou o salário de desembargador...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, o Projeto de Lei n.

0004/2009 ajusta e prepara a Fazenda como um todo, que hoje aqui são os analistas, para superar toda a crise mundial. E Santa Catarina sai na frente preparando uma equipe que presta relevantes serviços.

Então, eu solicito a verificação de quórum, para que nós possamos colocar esse projeto em votação, pois ele é importante e fundamental e cria uma perspectiva para superar o que nós vivemos no Brasil e no mundo hoje.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, eu gostaria de salientar a importância deste projeto que vem extinguir cargos na secretaria da Fazenda, mas também vem implementar um mecanismo muito interessante, que é o acordo de resultados que vai fazer com que toda a equipe da secretaria da Fazenda trabalhe no sentido de buscar incrementar a arrecadação sem a forma tradicional de aumentar impostos.

Por isso a nossa recomendação aos srs. parlamentares é de que votem favoravelmente a este projeto.

Gostaria também de já requerer que fosse feita a votação em segundo turno logo em seguida, em sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, com a aquiescência do nosso líder, deputado Silvío Dreveck, apenas quero reafirmar o compromisso que assumimos na legislatura passada, quando aqui estava o nosso líder para assuntos fazendários, o saudoso deputado Antônio Carlos Vieira, que brevemente, dentro da nossa proposta de rodízio, estará conosco na Assembléia por um período de 60 dias.

Em homenagem também ao nosso ex-deputado Antônio Carlos Vieira, a bancada do PP, na defesa dessa categoria que aguarda há tantos anos por essa manifestação, vota "sim", cumprindo com o compromisso que havíamos assumido.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, por uma questão de buscar cada vez mais a justiça tributária, a justiça entre aqueles que colaboram com o bolo tributário, e também em respeito àqueles que cuidam de todo esse processo,

o PSDB orienta o voto "sim".

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Como líder da bancada, encaminho o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, a votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 33 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 28 votos "sim", cinco votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 16h17.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h17, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2009, de origem governamental, que extingue cargos no âmbito da secretaria de estado da Fazenda, institui mecanismo de acordo de resultados para o incremento efetivo da arrecadação estadual e adota outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditivas a fis. 36 e 37.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
A votação será nominal pelo processo eletrônico.

Solicito à assessoria que abra o painel. Os deputados quem votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	

DEPUTADO JOSÉ NATAL	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.
Temos 28 votos "sim" e cinco votos "não".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para logo após o encerramento desta sessão, para a votação da redação final de diversas matérias.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 012ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h19, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a

proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0035/2008.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0066/2009.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de

Lei n. 0324/2008.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0357/2008.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2009.

Não há emendas à redação final.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, em função do entendimento havido entre as lideranças partidárias desta

Casa, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h30, para a escolha do novo membro do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 013ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita que sejam lidos os currículos dos indicados à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Pede a retirada do seu nome da disputa à vaga de conselheiro do TCE.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Solicita a retirada do seu nome da disputa à vaga de conselheiro do TCE.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Faz um breve relato do trabalho da comissão especial que analisou os nomes dos candidatos à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Três Barras.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Justifica a ausência do deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do secretário de Articulação do governo, Valdir Cobalchini.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado Gervásio Maciel.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Registra a presença de Wilson Wandall, conselheiro do TCE.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradece aos companheiros a indicação para a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária especialmente convocada para deliberar sobre a indicação de nome para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme determina o art. 326 do Regimento Interno.

Gostaria de contar com a colaboração dos srs. deputados e solicitar um pouco de silêncio.

Foram aprovados pela comissão especial, para concorrer ao cargo, os nomes dos seguintes cidadãos: Anadir Gianesini de Modesti, Celso Guerini, Euclides Rosa, Flávio da Cruz, Herneus de Nadal, Jonas Manoel Machado, José Gilberto da Silveira, Luiz Antônio Costa, Luis Fernando Ferreira Costa, Marcelo Henrique Pereira, Neli de Souza Pinto, Pedro Paulo Schramm, Roberto Luiz Salum, Renato Luiz Hinnig, Rogério Mendonça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Srs. deputados, o processo de votação será nominal e secreto, em turno único, de acordo com o que dispõe o art. 40, inciso XXIII, alínea "a", da Constituição do Estado, e o art. 326 do Regimento Interno.

De acordo com o que determina o art. 327 do mesmo diploma legal, o indicado será o candidato que obtiver o maior número de votos. Em caso de empate, será escolhido o mais idoso.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, essa é uma votação de suma importância para o estado de Santa Catarina e eu gostaria que v.exa. lesse o currículo dos candidatos, para que pudéssemos inteirar-nos melhor e fazer de uma maneira clara e muito responsável a nossa escolha para essa cadeira tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputada, eu gostaria muito, mas fica meio difícil atender o seu pedido, porque a comissão já fez a análise de todos os currículos, a não ser que o deputado Joares Ponticelli queira discorrer sobre o currículo de cada um dos 18. Nesse caso, entretanto, levaríamos umas duas horas ou mais, não atendendo ao acordo feito pelos líderes para começarmos agora a votação, em função dos compromissos dos srs. deputados.

Contudo, se o desejo de v.exa. for esse, solicitarei que seja feito, mas eu gostaria que v.exa. confirmasse.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, então que seja feito de uma maneira mais sucinta, porque eu gostaria de ter um pouco mais de conhecimento sobre os candidatos - profissão, a sua atuação profissional e assim por diante. É importante conhecermos os candidatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Tudo bem, deputada!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, só para facilitar o trabalho de v.exa., quero manifestar a minha desistência de concorrer à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Determino à assessoria que retire o nome do deputado Renato Hinnig como candidato à vaga do Tribunal de Contas.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Da mesma forma, sr. presidente, eu peço que retire o meu nome, até porque eu já havia deixado bem claro que a nossa bancada estaria coesa em relação ao nome e que estávamos aguardando apenas uma definição do deputado Herneus de Nadal de concorrer.

Portanto, com a certeza da candidatura do deputado Herneus de Nadal, da mesma forma eu abro mão da minha candidatura ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Da mesma forma, esta Presidência determina que seja retirado o nome do deputado Rogério Mendonça da disputa na eleição que haveremos de fazer daqui a poucos instantes.

Concedo a palavra ao deputado Joares Ponticelli, presidente da comissão especial, para que possa esclarecer alguns dados e atender ao pedido da deputada Professora Odete de Jesus.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, na ausência do relator da comissão, o eminente deputado Elizeu Mattos, que se encontra em viagem aos países do Mercosul fazendo um convite para o evento que esta Assembléia vai sediar no próximo mês de maio, eu tenho aqui o relatório, que é um pouco extenso. Mas quero relatar aos colegas deputados e deputadas que sete deputados integraram a comissão especial que tinha como objetivo analisar as 18 inscrições que se apresentaram à disputa dessa vaga. Dos 18 candidatos inscritos, deputada Professora Odete de Jesus, num primeiro momento a

comissão decidiu pelo diligenciamento a 14 candidatos que tinham que complementar a documentação, porque o Regimento Interno da Assembléia não é preciso, não é muito claro quanto à documentação comprobatória.

Inclusive, acerca disso, sr. presidente, oferecemos, como comissão, uma proposta de resolução para esclarecer definitivamente, perenemente no Regimento da nossa Assembléia quais são os documentos que cada candidato deve apresentar, para que em momentos futuros de abertura de outras vagas não sejam suscitadas mais dúvidas.

Todos os candidatos responderam àquela diligência, deputada Professora Odete de Jesus. Dos 18 inscritos inicialmente, uma candidata não preenchia o requisito constitucional da idade mínima de 35 anos. Ela, portanto, foi eliminada, compreendeu que era um dispositivo constitucional que tinha que ser cumprido. Outros dois candidatos não complementaram as informações na diligência. E 15 dos 18 candidatos, portanto, ficaram habilitados para participar do certame.

A comissão, pela primeira vez, decidiu pela oitiva dos candidatos. Cada um dos candidatos, deputada Professora Odete de Jesus, teve três minutos para responder a uma pergunta formulada pelo relator, deputado Elizeu Mattos, e pelos demais deputados integrantes da comissão que eventualmente quisessem fazer questionamentos.

Dos 15 candidatos inscritos, somente não compareceu o deputado Renato Hinnig, que procurou esta presidência e justificou a ausência, porque também se encontrava fora do país naquele momento. Os demais candidatos compareceram à comissão, além de terem apresentado toda a documentação, documentação essa, deputada Professora Odete de Jesus, que é muito farta, são milhares, acredito, de laudas, pois o próprio processo é bem instruído.

Este Plenário recebeu a desistência dos deputados Renato Hinnig e Rogério Peninha Mendonça, portanto, agora são 13 os candidatos habilitados, para alegria do deputado Padre Pedro Baldissera e dos demais companheiros do Partido dos Trabalhadores. E posso afirmar, afiançar a v.exa., deputada Professora Odete de Jesus, em nome da comissão formada pelos deputados Cesar Souza Júnior, Décio Góes, Elizeu Mattos, Serafim Venzon, Professor Grandó, além deste deputado - e tenho certeza de que posso falar em nome dos sete integrantes da comissão -, que os 13 candidatos que vão participar do certame preenchem todos os requisitos, acostaram toda a documentação. Seja quem for o escolhido, deputada Professora Odete de Jesus, dos 13 candidatos, tenha certeza v.exa. de que qualquer um deles preenche todas as condições para ocupar essa importante função pública para Santa Catarina.

É um breve relato que faço, sr. presidente, porque se for detalhar realmente o relatório e os currículos, aí certamente não terminaremos essa votação antes da próxima quinta-feira, tão extensos são os currículos dos candidatos que participam desse certame.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Estou de posse já das duas cédulas dos deputados Rogério Mendonça e Renato Hinnig, que foram retiradas da cabine.

Srs. deputados, para a votação, cada deputado será chamado e, após receber a sobrecarta, deverá dirigir-se à cabine e escolher a cédula com o nome do candidato, colocar na sobrecarta, adentrar ao plenário e depositar na urna.

Convido o deputado Gelson Merísio para assumir a Presidência para que este deputado possa exercer o seu direito de voto.

(Exerce o seu direito de voto.)

Convido o nosso primeiro-secretário, deputado Moacir Sopelsa, para exercer o seu direito de voto e, posteriormente, fazer a chamada dos srs. deputados.

(Exerce o seu direito de voto.)

O deputado Moacir Sopelsa, como primeiro-secretário, fará a chamada dos srs. deputados em ordem alfabética.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputada Ada De Luca.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Adherbal Deba Cabral.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputada Ana Paula Lima.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Antônio Aguiar.

(Exerce seu direito de voto.)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, com muita satisfação, neste plenário, da vereadora Siomara Muhlmann Correa, de Três Barras, da vereadora Renilce Correa de Oliveira, do vereador Francisco Altamir Farias, presidente da Câmara, e também do vereador João Francisco Canani. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro do deputado Darci de Matos, solicito ao sr. deputado Moacir Sopelsa que continue com a chamada.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Cesar Souza Júnior.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Dagomar Carneiro.

(Ausente.)

Deputado Darci de Matos.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Décio Góes.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Dirceu Dresch.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Edison Andrino.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Elizeu Mattos.

(Ausente.)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, o deputado Elizeu Mattos, apesar de ter sido relator do projeto, encontra-se em missão oficial no Paraguai e pediu para justificar a sua ausência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ausência altamente justificada.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa para dar continuidade à chamada.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Gelson Merísio.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Genésio Goulart.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Giancarlo Tomelin.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Herneus de Nadal.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Ismael dos Santos.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Jailson Lima.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Jean Kuhlmann.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Joares Ponticelli.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado José Natal.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Kennedy Nunes.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Lício Mauro da Silveira.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Manoel Mota.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Marcos Vieira.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Narcizo Parisotto.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Nilson Gonçalves.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Padre Pedro Baldissera.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Pedro Uczai.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Professor Grandó.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputada Professora Odete de Jesus.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Renato Hinnig.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Reno Caramori.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Rogério Mendonça.

(Exerce seu direito de voto.)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos -

Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar, com satisfação, a presença nesta Casa do secretário de Articulação do governo, Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência agradece a presença do secretário.

Solicito ao deputado Moacir Sopelsa que dê continuidade à chamada dos srs. deputados para a votação.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Romildo Titon.

(Exerce seu direito de voto.)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin -

Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, queremos registrar a presença do ex-deputado Gervásio Maciel, que se encontra no Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência acolhe o registro com muito prazer.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Sargento Amauri Soares.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Serafim Venzon

(Exerce seu direito de voto.)

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral -

Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Eu gostaria de registrar a presença na Casa do ex-deputado, nosso amigo Wilson Wan-Dall, atual conselheiro do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro da presença do conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall, que foi deputado por muitos anos representando a

cidade de Blumenau, solicito ao secretário que dê prosseguimento à chamada dos srs. deputados.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Silvio Dreveck.

(Exerce seu direito de voto.)

Deputado Valmir Comin.

(Exerce seu direito de voto.)

Está concluída a chamada dos srs. deputados, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Consulto se algum deputado deixou de exercer o seu direito de voto.

(Pausa)

Declaro, portanto, encerrado o processo de votação.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Moacir Sopelsa) - Votaram, sr. presidente, 38 deputados e estão ausentes os deputados Elizeu Mattos e Dagomar Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Obrigado, deputado.

Neste momento, convido o sr. deputado Antônio Aguiar, líder da bancada do PMDB, e o sr. deputado Joares Ponticelli, presidente da comissão especial que elaborou o parecer sobre a matéria, para auxiliarem o sr. secretário no processo de apuração dos votos.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Moacir Sopelsa) - Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

(Procede-se ao escrutínio dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Solicito ao sr. secretário que faça a leitura do boletim de votação.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Moacir Sopelsa) - Sr. presidente, o resultado é o seguinte: deputado Herneus de Nadal: 35 votos; Anadir Ganesini de Modesti: um voto; Neli de Souza Pinto: um voto, e Roberto Luiz Salum: um voto. Total: 38 votos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, declaro indicado ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina o cidadão Herneus de Nadal.

(Palmas)

Deputado Herneus de Nadal, consulto v. exa. para saber se deseja fazer uso da palavra por até cinco minutos.

(O deputado faz sinal afirmativo.)

Com a palavra o conselheiro eleito, deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em certos momentos da vida usar da tribuna é um grande desafio e, com certeza,

nesta tarde este momento se constitui em uma das ocasiões em que é muito difícil expressar os sentimentos.

Em primeiro lugar, quero proferir frases de agradecimento. Agradecimento aos meus pares pela atenção, pela deferência, pelo carinho com que sempre me trataram, mas também pela confiança que hoje, majoritariamente, me é depositada para que possa exercer na mais alta Corte de Contas deste estado uma missão importante em favor do Parlamento e de todos os catarinenses.

Além disso, quero destacar o espírito de respeito mútuo, de amizade, de deferência dos colegas, independentemente de cor partidária; destacar ainda o trabalho incansável dos servidores desta Casa. E se fizermos, cada um de nós, uma análise, vamos constatar que temos três famílias: a família lá de casa, formada pela esposa e pelos filhos; a segunda família, composta pelos integrantes do nosso gabinete, pelos integrantes do Poder Legislativo catarinense; e uma terceira família, muito mais numerosa, formada pelos nossos eleitores espalhados pelo estado catarinense afora.

Por isso este momento é um misto de alegria e também de início de nostalgia. É verdade já lá se vão mais de 25 anos de vida pública, nos quais a mulher, a esposa, tomou conta da casa, tomou conta dos filhos e trabalhou fora; e nós, parlamentares, sempre no final de semana, cumprimos a nossa obrigação, visitamos eventos, município a município, procurando dar atenção àqueles que em nós tantas e tantas vezes depositaram e depositam sua confiança.

É um misto de alegria também, sr. presidente, se ainda me permite alguns minutos, porque esta oportunidade nos possibilita continuar a servir o povo catarinense através de um cargo destacado, elevado, no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na condição de conselheiro.

Abrço essa missão com humildade, com simplicidade para que possa, com a contribuição de todos, desde o presidente e seus conselheiros até os funcionários daquela Corte de Contas, dar o melhor e corresponder à expectativa de quem hoje deposita a confiança em meu modesto nome.

Quero finalizar dizendo que é uma honra muito grande para quem é de uma pequena cidade, uma cidade que não tem cinco mil eleitores, uma cidade na qual meu pai chegou há 54 anos, sem energia elétrica, sem água tratada, sem moradia decente. Seu Carlos de Nadal, que foi prefeito e vereador naquela cidade, e dona Irma, minha mãe, procuraram em todos os momentos dar-me a força e a energia necessárias para levar adiante projetos importantes em favor do

oeste, em favor de minha comunidade.

Portanto, para quem foi prefeito de um município tão pequeno, para quem tem origens tão simples, para quem conquistou cinco mandatos de deputado estadual e agora uma indicação para conselheiro do TCE, com certeza, é muito mais do que mereço.

Por isso, senhoras e senhores, meus amigos, vou para uma missão nobre, uma missão importante, mas também é verdade, não posso negar e tenho que confessar a todos vocês, que cada parlamentar, que cada servidor que me viu nos últimos dias sabe que estou triste, cabisbaixo, sem aquela minha tradicional forma de sorrir, de estar na sessão. Com certeza não era para impressionar ninguém, mas era, sim, o reflexo do meu coração dividido entre a minha comunidade, o meu eleitor, os amigos e amigas que aprendi a respeitar neste Parlamento e a missão que me aguarda, que me espera.

Por isso, amigos e amigas, permitam-me que assim os chame, quero agradecer, sr. presidente deputado Jorginho Mello, por cada momento, por cada instante de convivência e quero pedir a todos que possamos juntar forças para que eu possa superar a distância física, que não é grande, que passar a existir entre nós. Porque mesmo estando do outro lado da praça, com certeza a nossa convivência diária far-me-á muita falta.

Por isso, meus amigos e minhas amigas, obrigado! Obrigado pelo carinho, pela atenção e pelo apoio.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados, agradeço a presença de todos.

Quero cumprimentar o deputado Herneus de Nadal, cumprimentar a sua família, a dona Laine e os seus filhos. Ele sempre foi um companheiro exemplar, um deputado que vai deixar muita saudade nesta Casa, um parlamentar que muito desenvolveu em trabalhos e serviços em favor do oeste de Santa Catarina, em favor do povo de Santa Catarina. E, hoje, de uma forma consagrada, s. exa. obteve 35 votos na sua eleição para uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Agradecemos a presença de todos os srs. deputados e cumprimentamos mais uma vez o deputado Herneus de Nadal.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 013-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Professor Grando, por um período de sessenta dias, a contar de 29 de abril do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 021-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Anna Christina Barichello, 2º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, enquanto durar o afastamento do titular, Deputado Professor Grando, em licença para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 022-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Ozair Coelho de Souza, 3º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Professor Grandó.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 023-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Aparecido Voltolini, 4º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 3º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Professor Grandó.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 024-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Antonio Derli Rodrigues da Costa, 5º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 4º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Professor Grandó.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 025-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão José Cardozo, 6º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 5º Suplente, em decorrência da licença do Deputado Professor Grandó.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador- Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1683ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1683ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Fábio de Magalhães Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Processos em Regime de Vista, Processo nº 0450/09, de Miriam Alice de Athaide Furtado Krieger, aprovado parecer por unanimidade do relator Dr. Paulo Henrique Rocha Junior. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0642/09, de Elzamar Alves Dante e Consulta - Of. CL nº 0124/2009 de 07/04/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Reajuste do Contrato nº 022/2006-000 - Ecoeficiência". 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade ao Ofício nº 990/2008 de 14/11/2008, Interessado: Anderson David de Souza - Chefe de Divisão de Recursos Especiais e Extraordinários do Poder Judiciário "Decisão no Recurso Extraordinário no Mandado de Segurança nº 2000.010234-2/0002.00, Recorrente: Estado de Santa Catarina, Recorrida: Vera Lúcia Farias. 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0591/09, de Diana Weffling Angialelli e Processo nº 0595/09, de Edna Maria Bastos. 5) Relatoria do Dr. Fábio de Magalhães Furlan, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0507/09, de Homero de Souza Gomes, e aprovado parecer pelo arquivamento ao Ofício nº 023040632671-000-002 KTF de 27/03/2009, Interessado: Hélio do Valle Pereira - Juiz de Direito da Comarca da Capital, Ação Indenizatória/Ordinária, Autos nº 023.04.063267-1, Autor: Antônio Eduardo Guizzo, Réu: Estado de Santa Catarina. 6) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2378/08, de Renato Vitorino; Consulta - Of. CL nº 0111/2009 de 08/04/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Convênio, celebrado com a Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC"; Consulta de 18/03/09 Interessado: Diretor Geral da ALESC "Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - contribuição sindical" e Consulta de 20/03/2009, Interessado: Diretor Geral da ALESC "contribuição sindical para servidores públicos". 7) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0648/09, de Maria Lúcia Marcelino Garcia; Processo nº 0554/09, de Eliane Regina Corrêa de Matos; aprovado parecer por maioria pelo indeferimento ao Processo nº 0541/09, de Luis Gustavo Pereira Fusinato. Continuando, Consulta de 07/04/09, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "ressarcimento de prejuízo alusivo à salário desemprego a ex funcionário da ALESC, Vinicius Isac Iacoviski, que teve parecer aprovado por unanimidade pelo indeferimento. 8) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0606/09, de José Maurício Cordeiro; Processo nº 0647/09, de Soraia Marçal Boabaid e Processo nº

0553/09, de Rozane Marques Alves. 9) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0420/09, de Denise da Silva. 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0604/09, de Simone Marçal Alves; Processo nº 0645/09, de Mauro César Ferreira da Silva; Processo nº 0582/09, de Marlene Rosa, e aprovado parecer pelo arquivamento ao Processo nº 204314119-09 de 28/02/09, Interessado: Amador Alonso Rodriguez - Superintendente de Captação de Dados e Serviços a Clientes "atualização de informações cadastrais e financeiras". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 15 de abril de 2009.

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.285, de 28 de abril de 2009

Aprova nome para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 61, § 3º, inciso I, da Constituição do Estado e do art. 328 do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o nome do cidadão Herneus João de Nadal, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 28 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente
Deputado Valmir Comin - 3º Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 068/09

Ofício nº 0043/09
Urussanga, 22 de abril de 2009
Excelentíssimo Senhor

Deputado JORGE MELLO

DD. Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Deputado,

Saudando-o cordialmente, encaminho, anexo, a Vossa Excelência, cópia do Relatório Circunstanciado relativo ao ano de 2007, desta instituição hospitalar, em face da sua condição de entidade declarada de Utilidade Pública Estadual, através da Lei Nº 4.009 de

17/07/1967, para fins de cumprimento ao contido no Artigo 5º. do Decreto Nº 50.517 de 02/05/1961, bem como a documentação pertinente para as Associações.

Na oportunidade, apresento-lhe toda minha consideração e apreço.

CLEUSA REGINA ROVARIS CECHINEL
Presidente do HNSC

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 069/09

Florianópolis, 03 de abril de 2009
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Deputado Jorginho Mello
Ao
Exmo. Sr. Dep. Jorginho Mello
Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Senhor Presidente,

Por meio da lei 12.289, que tramitou nessa casa, foi atribuído o título de Utilidade Pública ao então denominado "Centro Cultural Nova Acrópole de Santa Catarina".
Em conformidade com o novo Código Civil, Lei 10.406, de 10 de abril de 2002, denominação da referida instituição foi modificada para "Associação Cultural Nova Acrópole de Santa Catarina". Desta maneira, requer a alteração do art. 1º da Lei 12.289, passando a vigorar conforme o estatuto, in verbis:

Art. 1º.- Sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO CULTURAL NOVA ACRÓPOLE DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, fica constituída uma Associação, que reger-se-á pelos presentes estatutos e legislação específica".

Cordiais saudações

Associação Cultural Nova Acrópole de Santa Catharina

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 070/09

Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição

À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PALÁCIO BARRIGA - VERDE
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310
88.020-900 - FLORIANÓPOLIS/SC

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE NOVA LOURDES, associação civil, de natureza beneficente, de caráter educacional e de assistência social, de fins não econômicos, fundada em 11/02/1958, declara de Utilidade Pública federal pelo Decreto nº 63.085 de agosto de 1968, de Utilidade Pública estadual pela Lei nº 8.399, de 12 de novembro de 1991, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência social pelo conselho Nacional de Assistência social (C.N.A.S) Pelo Processo Nº 238.638/74 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - C.N.P.J. do ministério da Fazenda sob o nº 84.304.179/0001-60, com sede em Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Cônego Tomas Fontes, nº 382, no Centro (CEP: 88.301-100), por sua representante legal, infra-assinada, vem, mui respeitosamente à preceça dessa Divisão de Outorgas e Títulos, requerer que os documentos em anexo, exigidos por lei, sejam juntados ao cadastro/arquivo desta Instituição nesse órgão, por se tratar de Instituição reconhecida de Utilidade Pública Estadual.

N. TERMOS,

P. DEFERIMENTO

Itajaí, 30 de abril de 2008
MARILDE ARENHARDT
CPF - 448.386.979-53
Diretora Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 071/09

DO: INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
- I E A S -

PARA: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES
ANO 2008
LAGES - SANTA CATARINA

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO 072/09

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICIENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITOUPAVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICIENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITOUPAVA, mantenedora do Hospital Misericórdia, entidade sediada na rua Max Haufe nº 211, em Vila Itoupava, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, vem respeitosamente apresentar a V. Exa. o Novo Estatuto e a Ata da última Eleição da Diretoria de nossa Instituição, onde houveram reformulações face as exigências contidas na Lei nº 10.406 de 10/01/02, que institui o novo Código Civil Brasileiro.

Para a finalidade acima, junta os documentos necessários.

Nestes termos
Pede deferimento
Blumenau, 23 de abril de 2009
Hellmuth Danker
Presidente do Conselho Diretor

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 073/09

CIRCOLO TARENTINO - RODEIO - SC
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Ano 2008

I - ARTES CÊNICAS

Realização do Teatro da Paixão, que é apresentado há 58 anos, com envolvimento de 68 atores (artistas amadores e simpatizantes), para uma das celebrações da "Semana da Paixão", reconhecida como patrimônio cultural da região.

- São pessoas que agem voluntariamente, gratuitamente.

- O local de apresentação geralmente é gratuito. Foi cobrada uma taxa simbólica de ingresso de R\$ 5,00 (Cinco Reais), atingindo cerca de 430 pessoas. Ingressos gratuitos são distribuídos a grupos organizados e religiosos.

- A taxa serve para cobrir despesas de limpeza, publicidade, roupagem teatral.

Para a sua realização existe sempre uma equipe de técnicos amadores que organizam a estrutura e a publicidade. O público envolve gente de todo o Vale do Itajaí e/ou do Estado de Santa Catarina.

II - CURSO DE LÍNGUA e CULTURA ITALIANA

Continuação do curso de Língua e Cultura Italiana, com adaptações de palestras, visita à Biblioteca Italiana e ao Museu de Usos de Costumes.

- O curso foi ministrado por 1 professor voluntário do ano de 2008, associado ao Circolo Trentino di Rodeio.

- Inscritos 25 alunos

- 46 aulas de 78 horas

- Taxa para manutenção e aquisição de apostilas R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais) por aluno.

Não existem critérios específicos: Qualquer cidadão de Rodeio e municípios vizinhos pode se inscrever para os cursos, bastando apenas preencher a ficha de inscrição na Secretaria do Circolo Trentino di Rodeio, independente de sua origem (brasileiro, italiano, alemão...).

III - EVENTOS

"LA BIGOLADA" (macarronada) no Salão Cristo Rei reunindo 400 pessoas..

3ª MAGNALONGA - com a participação de 250 pessoas - Caminhada gastronômica com vários pontos de parada com apresentações culturais envolvendo escolas, entidades e comunidade em geral onde são servidos lanches, bebidas caseiras, doces e termina com uma grande concentração de pessoas no salão paroquial com o almoço.

A FESTA "LA SAGRA" organizada pelo Circolo Trentino de Rodeio

- Foi uma festa cultural, sem visar lucros.

- Público atingido: 2.900 pessoas.

- Festa de tradição italiana, com a presença de vários círculos trentinos do Brasil e um de Montevideu.

- Outro evento importante foi a participação nos JOGOS DOS JOVENS TARENTINOS na cidade de Rio dos Cedros.

- Visita e apresentações culturais aos bairros da cidade.

- "Concerto de Natal"- apresentação, na Igreja Matriz de Rodeio com outros grupos culturais, com a participação do Coral São Francisco, Coral do Colégio São Paulo e outros.

Confraternização: Comemoração de datas significativas:

- Páscoa

- Dia das Mães

- Dia dos Pais

- Dia do folclore

- Aniversários

- Natal

Coquetel gratuito a cargo dos próprios associados para os participantes dos grupos de Canto e Dança, envolvendo um número de 75 pessoas.

IV - CURSOS E ARTES

Curso de Artesanato

- Bordado e tapeçaria

- 25 mulheres participantes

- Cobrança de taxa de inscrição e de material utilizado, sem lucro para a entidade.

Objetivo: produção de artesanato para exposição e divulgação das artesãs.

São confeccionadas em média 90 peças durante o curso. Venda dos produtos para a própria artesã.

- Não existem critérios para participar deste curso, apenas fazer sua inscrição.

- Exposição: mostra de bordados e tapetes em locais de festas.

- Divulgação e valorização a cargo da entidade "Círculo Trentino di Rodeio".

V - SECRETARIA

Funcionamento da Secretaria durante 2 dias por semana, 2h30min por dia para atendimento ao público.

Atende-se em média 20 pessoas e o serviço é voluntário e gratuito.

Atendimento este voltado mais para assuntos de dupla cidadania.

VI - ASSEMBLÉIAS

Reuniões semanais na sede da entidade

- Difusão de artigos selecionados sobre artes: música, literatura, poesia, folclore e ensaios de canto para apresentações.

- Participação em cinco reuniões com o IPHAN para o registro de um bem imaterial em forma de livro. Para comprovar a cultura italiana do Vale do Itajaí, cujo bem escolhido foi de ordem gastronômica (a polenta)

- Participação também com o IPHAN para assuntos relativos ao Museu de Usos e Costumes da Gente Trentina, sendo este o único no gênero no Brasil.

- Participação de reuniões da Rede Feminina de Combate ao Câncer, inclusive com doação de diversas bandeiras.

- Encontro com todos os Presidentes dos Círculos Trentinos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

- Reunião com a participação da Federação dos Círculos Trentinos do Brasil, do Diretor da Associazione Trentini nel Mondo - Trento - Itália Senhor Rino Zandonai, com o Coordenador dos projetos da Província Autônoma de Trento na América do Sul senhor Ciro Russo e o Consultor da Província Autônoma de Trento para os trentinos do Brasil senhor José Eraldo Stenico, para ajuda aos flagelados descendentes trentinos com as tragédias de novembro/2008 em SC. Foi feita uma campanha de Solidariedade a nível Nacional (o círculo formou junto com a Federação e o Portal da Internet o sistema de doações) para ajuda a algumas famílias mais flageladas das cidades mais atingidas e com isso mobilizou os 63 (sessenta e três) círculos do Brasil em um exemplo inédito de solidariedade e voluntariado, sendo que a soma arrecadada dos R\$ 30.00,00 (trinta mil reais) foram inteiramente doados.

- Todos os anos o Círculo Trentino recebe Delegações do Norte da Itália, para Intercâmbio Cultural e para verificação do andamento dos projetos da Província Autônoma de Trento. Em 2008 recebemos a equipe de Professores e Administradores da Escola Média de Borgo Valsugana (Trento) par estabelecer futuras parcerias entre alunos (intercâmbio)

VII - CURSO DE DANÇA ITALIANA

O Grupo Jovem da associação (26 integrantes) ministrou cursos gratuitos a grupos interessados de outras associações da região.

Intensivo: Diariamente durante uma semana, num total de 32 horas de ensaio.

Despesas de manutenção, transporte e refeições pagas pelos interessados. Para participar deste curso são usados os seguintes critérios:

- Idade mínima 16 anos

- Ser filiado ao Círculo Trentino di Rodeio

- Assinar termo de compromisso para participar no mínimo dois anos.

- É vedado o uso de som mecânico, somente deverá ser usado Acordeom.

VIII - RESTAURAÇÃO DO PREDIO

- Conclusão da restauração de uma das salas do prédio da entidade para o funcionamento do Museu.

Mirtes Teresinha Rigo da Cruz

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 074/09

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TIMBÓ

Timbó, 22 de Setembro de 2009.

Ofício Nº 055/2009.

À

Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Florianópolis

Ilustríssimo Senhor:

Pelo presente estamos encaminhando em anexo os documentos necessários para a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual conforme os documentos relacionados abaixo:

- Relatório Circunstanciado - 2008;

- Declaração de que cumprir com os requisitos exigidos para a concessão de Utilidade Pública Estadual;

- Cópia autenticada do Estatuto;

- Balancete, anexo ao Relatório Circunstanciado - 2008.

Na certeza de contar com a mesma atenção que sempre dispensou para o Movimento Apaeano, enviamos nossos sinceros agradecimentos.

Elisabeth Germer

Presidente - APAE de Timbó - Santa Catarina

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 075/09

AARPN Associação de Apoio à Reabilitação de Pessoas Necessitadas Relatório Quantitativo e Qualitativo de atividades desenvolvidas pela AARPN ano 2008

Apresentação:

A ARPN, pessoa jurídica de direito privado, sem fim lucrativo, fundada em 03/06/1998, cidade de Joinville SC., Tem por finalidade, promoção da assistência social, geração de emprego e renda, empreendimentos e ações que propiciem a pessoa portadora de deficiências desenvolver suas capacidades produtivas e sua inclusão social. Através de parcerias com empresas socialmente responsáveis, doações, contribuição e prestação de serviços.

Detalhamento Atividades

Descrição:

Oficina de Montagem e embalagem de peças (contra turno da escola) Oficina de informática (contra turno da escola) Oficina de Cartões (contra turno da escola) Curso de artes visuais em produção (oficina de pintura em tela) Trabalho de inclusão de pessoas com deficiência colégio conselheiro Mafra. Palestra nas empresas. Comunicação oral sobre trabalho de pessoas com deficiência em Congresso de Psicologia de Joinville.

Objetivo:

Capacitação de jovens com necessidades especiais Noções básicas sobre manuseio do computador, como usar e utilização de programas, para deficientes físicos e mentais leves. Confeção de cartões objetivando desenvolver a coordenação motora fina e viso motora. Curso de artes Visuais em produção visando a maior independência dos usuários na atividade diária e vida prática. Trabalho de inclusão objetivando a questões psico-sociais relacionadas a pessoa com deficiência. Palestras para conscientização dos empresários visando a colocação de deficientes nas empresas. Palestra em congresso de Psicologia demonstrando o trabalho realizado pela ARPN.

Público Alvo:

Crianças e adolescentes

Família

Portadores de deficiência

Resultados obtidos:

Encaminhamento de 22 pessoas com deficiências nas empresas Cadastro de 35 portadores de deficiências Efetivação de 8 portadores de deficiência em empresas Divulgação dos trabalhos da ARPN no congresso de psicologia em Joinville Desenvolvimento de parcerias junto a Empresas de RH.

Período de realização: 11 meses

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 9.

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: 15

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 24

Percentual da gratuidade parcial: 28.0%

Descrição:

Acompanhamento Psicossocial

Objetivo:

Desenvolver a integração e motivar o deficiente a se integrar no mercado de trabalho

Público Alvo:

Portadores de deficiência

Resultados obtidos:

Os alunos que participaram se desenvolvem melhor e se adaptam mais facilmente nos postos de trabalho, pois trazem suas frustrações e descontentamentos do local onde trabalham que são trabalhados de modo a poderem melhor assimilar e se enquadrarem, apresentaram melhoria de atenção, concentração, inter-relacionamento e comprometimento.

Período de realização: 1 ano

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 5

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: 3

Nº de beneficiários não gratuitos: 15

Nº total de beneficiários: 23

Percentual da gratuidade parcial: 25.0%

Descrição:

Palestra para empresários sobre sistema de cotas

Objetivo:

Esclarecer os empresários sobre o trabalho das pessoas com deficiência. Público Alvo:

Pessoas com deficiência

Resultados obtidos:

foram realizados 325 horas de palestras nas empresas

Período de realização: 1 ano

Nº de beneficiários atendidos de forma gratuita: 10

Nº de beneficiários atendidos de forma parcialmente gratuita: -

Nº de beneficiários não gratuitos: -

Nº total de beneficiários: 10

André Luiz Brenneisen

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO 076/09**CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE ITUPORANGA**

Ofício Nº 044/ CCCI /2009 Ituporanga, 15 de Abril de 2009

Senhor Presidente,

Pelo presente expediente, encaminho Vossa Excelência a documentação exigida em conformidade com o artigo 3º da Lei n.º 14.449, de 28 de maio de 2008, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga.

Ao final, aproveito a oportunidade para renovar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Moacir Cordeiro

Presidente do Conselho da Comunidade
da Comarca de ituporanga/SC

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO 077/09

Joinville, 14 de abril de 2009.

Ofício nº. 25/2009

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Exmo. Sr. Jorginho Mello - Presidente
Florianópolis/SC

Dando cumprimento às disposições legais, estamos encaminhando a V.S. o Relatório de Atividades 2008 do CENEF - Centro de Estudos e orientação da Família, acompanhados do Balanço Patrimonial, relativo ano de 2008 p. findo.

Mário Antônio do Nascimento

Presidente

Liliane Ramos Dornel

Secretária

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO 078/09**FUNDAÇÃO MÉDICO SOCIAL RURAL DE RIO FORTUNA**

Ofício nº 021/2009 Rio Fortuna, 23 de abril de 2009.

Ilmo Senhor,

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Vimos por meio deste encaminhar a documentação solicitada através da Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007, da Fundação Médico Social Rural de Rio Fortuna, declarada de utilidade pública estadual pela Lei nº 5.743 de 30 de junho de 1980:

* Relatório anual de atividade;

* Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão de declaração de utilidade pública;

* Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2008.

Atenciosamente,

Diretor Presidente da Fundação Médico Social Rural de Rio Fortuna

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO 079/09**ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS"**

Ofício nº. 17/09 Caçador/SC, 16 de abril de 2009

DA: Associação de Serviços Voluntários de Caçador

PARA: Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

ASSUNTO: Declaração de Utilidade Pública Estadual

Senhor Presidente

Para cumprimento das exigências estabelecidas pela lei n.º 14.182 de 2007, encaminhamos anexo, na forma de lei, a documentação necessária para manutenção do título de Entidade de Utilidade Pública Estadual em favor da ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS

SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR, CNPJ 82.798.653/001-22, situada a Rua General Antonio Sampaio, 200, Centro de Caçador, Santa Catarina.

No aguardo da concessão da manutenção deste título reiteramos protestos de estima e consideração e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos através do fone/fax (49) 3563 0803 ou e-mail renatovogel@gegnet.com.br.

Atenciosamente,

Renato Vogel

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO 080/09**APAE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

OF nº 015/009

Siderópolis, 23 de abril de 2009

Ilmo, Senhor

Jorginho Mello

M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis

Cumprimentando-o cordialmente, venho mui respeitosamente encaminhar a Vossa Senhoria o relatório circunstanciado de atividade, balancete contábil, estatuto social e declaração, em atenção ao Art. 4º da Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007, objetivando a manutenção do título de utilidade Pública Estadual, da APAE de Siderópolis.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente

Nei José Piacentini

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO 081/09**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**

MANTENEDORA DA ESCOLA ESPECIAL JOÃO ESTANISLAU ÂNGELO

Ofício nº 011/09

Braço do Norte - SC, 23 de abril de 2009

Ilustríssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por intermédio deste, encaminhar a Vossa Senhoria os documentos listados abaixo, com a finalidade de manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual desta entidade, Pedimos outro sim, que nos seja encaminhado o documento comprobatório da concessão do mesmo.

1. Relatório Circunstanciado das atividades do ano de 2008;

2. Jornal de Circulação local com a publicação da Receita e

Despesa;

3. Balanço Patrimonial do ano de 2008.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para enviar a Vossa Excelência, um grande abraço apaeano

Cordialmente,

Bertilo Shlickmann

Presidente APAE

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 082/09

Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Bento do Sul

Ofício nº 07/09

São Bento do Sul, 02 de abril de 2009

Ilmo.Sr.

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente da Comissão de Trabalho Administração e Serviços Públicos
FLORIANÓPOLIS SC

Prezado Senhor:

Em cumprimento a lei nº 14.182 de 01 de novembro de 2007, encaminhamos em anexo o relatório das atividades desenvolvidas no ano de 2008, declaração e balancete contábil, conforme o disposto no § único do art.1º da supra citada Lei.

Cordialmente

Lúcia Leoni Garcia

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 083/09

Associação de Promoção e Educação Tubaronense - APROET

OF. Nº 009/2009

Tubarão, 27 de abril de 2009

Excelentíssimo Senhor

Deputado Jorginho Mello

DD. Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis/SC

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos a Vossa

Senhoria, relatório circunstanciado do exercício 2008, e Ata da atual Diretoria da Associação de Promoção e Educação Tubaronense - APROET.

Sem mais a relatar, renovamos nossos protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

Waldemar Colonetti
Presidente da APROET

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 084/09
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA MAGISTRATURA

Ofício n. 042/09 - CM Florianópolis, 16 de abril de 2009.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Jorginho mello

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
NESTA

Assunto: Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais

Senhos Presidente,

Honra-me Encaminhar-lhe o Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais, relativamente ao segundo semestre de 2008, em atenção ao disposto no art. 10 da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, atualizada pela Lei complementar n. 365, de 7 de dezembro de 2006, aprovado pelo Conselho da Magistratura desde egrégio Tribunal de Justiça, na sessão de treze de abril de 2009.

Limitado ao assunto. asseguro-lhe protestos de estima e consideração.

Souza Varella
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 28/04/09

*** X X X ***

Ofício nº 085/09

GRUPO DE APOIO À VIDA - GAVI

Joinville, 02 de abril de 2009

À

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

Rua Jorge Luz Fontes nº 310 - Palácio Barriga Verde

88020-900 - Florianópolis - SC

Prezados Senhores:

Ref. Relatório anual das atividades do exercício de 2008 - inciso IX - art. 2º - lei 10436

Juntamos em anexo a documentação abaixo especificada, na condição de entidade filantrópica, que inclui a **renovação da declaração utilidade pública estadual**, conforme lei estadual nº 11.636, de 13/12/2000:

1) Cópia do cartão CNPJ no endereço de sede supra, emitido pela SRF em 02/04/09;

2) Ata da AGO 24/03/09, que apresenta a composição e mandato da atual Diretoria, devidamente registrada;

3) Relatório das atividades do exercício 2008.

Limitados ao exposto, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

Yone Maciel Rocha
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 086/09

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE PRESIDENTE GETÚLIO

Ofício nº 011/2009

Presidente Getúlio (SC), 22 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Reno Caramori,

Cumprimentando-o cordialmente, valemo-nos da oportunidade para dizer que: **Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio**, é uma entidade sem fins lucrativos, que depende única e exclusivamente de promoções ou doações efetuadas pela comunidade em geral, mais convênios e subvenções, e é regida por um estatuto.

Atualmente a Associação conta com sócios contribuintes, diretoria e participativos, estes últimos atuando diariamente com atendimento de primeiros socorros, que cumprem seus plantões nas suas horas de folga, nesta urbe e demais localidades circunvizinhas, beneficiando com isso, toda a população getuliense e região (Dona Emma, Witmarsun e Vitor Meirelles).

Com nossos respeitosos cumprimentos, encaminhamos em anexo documentação necessária para cumprir o disposto no Art. 3º da LEI 13.663/05 (Art. 1º) - (DO. 17.791 de 28/12/05), renovação da LEI 14.200 de 20 de novembro de 2007 (cópia em anexo).

Desta forma, Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio, agradece a de Vossa Excelência o encaminhamento necessário, para que os nossos trabalhos programados atinjam efetivamente os objetivos visados por esta Associação.

Wilson Schmidt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 087/09

APAE -Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Fortuna

Of. nº 24/2009

Rio Fortuna - SC, em 24 de abril de 2009.

Ao Exmo. Sr.

Júlio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Senhor Presidente,

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de rio Fortuna vem, através do presente, encaminhar à vossa senhoria a documentação referente a manutenção do seu Título de Utilidade Pública Estadual.

Atenciosamente,

Dário Schuelter
Presidente APAE de Rio Fortuna

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/09

*** X X X ***

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TC/GAP-5358/2009 Florianópolis, 24 de abril de 2009
Exmo.Sr.

Deputado Estadual **JORGINHO MELLO**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar a essa augusta Assembléia Legislativa que, em 02 do corrente mês, dentro do prazo estabelecido no art. 71, IX, da Constituição do Estado, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr Luiz Henrique da Silveira, encaminhou a este Tribunal a Prestação de Contas do Governo do Estado relativa ao exercício de 2008, através do ofício GABGOV nº 069/2009, de 17 março do ano em curso.

De acordo com o disposto no Regimento Interno deste Tribunal a Prestação de Contas foi protocolada sob o nº 007064 e autuada, passando a constituir o processo nº PCG-0900154012, em atendimento às normas regimentais.

O processo de Prestação de Contas tem por Relato designado o Senhor Conselheiro Salomão Ribas Junior, escolhido mediante sorteio realizado na Sessão Ordinária de 12/12/2007, do Tribunal Pleno, nos termos do art. 131 da Lei Complementar nº 202/2000 e conforme Portaria nº TC-724/2007, de 12/12/2007, Da Presidência deste Tribunal.

Outrossim, o egrégio Plenário deste Tribunal deve examinar a Prestação de Contas, emitir parecer prévio e submeter o processo respectivo a essa augusta Assembléia Legislativa, dentro do prazo fixado no art.59, I, da Constituição do Estado.

Sirvo-me do ensejo para renovar a missão desta Casa, como órgão auxiliar do Poder Legislativo Estadual, colocando-se à disposição de Vossa Excelência e dos Srs. Deputados e Membros das Comissões Técnicas, para quaisquer esclarecimentos que forem necessários, reiterando por fim expressões de elevada consideração e apreço.

Conselheiro JOSÉ CARLOS PACHECO
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/04/09

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 789, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ORIDES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 5964, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputado Elizeu Mattos).

Paulo Ricardo Gwoszd
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 790, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LINDAMIR RIBEIRO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data da posse (Deputado Elizeu Mattos).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 791, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **DANIELA CRISTINA PEREIRA**, matrícula nº 4470, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputado Joares Ponticelli).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 792, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MAIR EMERICK DE MARIA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data da posse (Deputado Joares Ponticelli).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 793, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARIA ANGÉLICA DA SILVA PONCIANO**, matrícula nº 4668, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputado Nilson Gonçalves).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 794, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIA ANGÉLICA DA SILVA PONCIANO, matrícula nº 4668, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputado Nilson Gonçalves).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 795, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **CLAUDETE NICOLAO GUERREIRO**, matrícula nº 5706, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputado Moacir Sopsela).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 796, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no

exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DANIELA MARLEY DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Moacir Sopsela).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 797, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **GILIANE ZANCHETT**, matrícula nº 3600, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputado Romildo Titon).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 798, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR HUMBERTO GERALDO REOLON, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Romildo Titon).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 799, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **DANIEL OLIVEIRA CRUZ**, matrícula nº 5300, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputado Dagomar Carneiro).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 800, de 04/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ELPIDIO JOÃO GRIGNANI CRUZ, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Deputado Dagomar Carneiro).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 116/09

Concede o título de Cidadã Catarinense a Senhora Lurian Cordeiro Lula da Silva.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Catarinense a Senhora Lurian Cordeiro Lula da Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/09

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,
Graduada desde 2000 em jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo, em São Bernardo do Campo, SP, Lurian Cordeiro Lula da Silva atuou como jornalista no mercado paulista. Em seu currículo profissional está a formação em idiomas - inglês, espanhol e francês, aperfeiçoado durante período de estudos em Paris, no ano de 1992.

Entre as suas primeiras experiências profissionais destaca-se a participação, como estagiária, na Companhia de Imprensa, em Santo André, especialmente com a produção de suplementos especiais distribuídos pelo jornal O Diário do Grande ABC. Também em SP, de 1999 a 2000, trabalhou no escritório político do hoje senador Aloizio Mercadante (PT/SP).

Em 2007, ingressou na Associação dos Diários do Interior, onde trabalhou como jornalista na coluna Pelo Estado.

Lurian Silva é casada com o assessor parlamentar Marcelo Sato Rosa é mãe de Maria Beatriz de treze anos e João Gabriel de quatro anos.

Reside no estado de Santa Catarina desde 2001, quando se mudou para Blumenau, ao concluir a faculdade, lá morou até 2003 e trabalhou como assessora de imprensa do Partido dos Trabalhadores. A partir de 2003 passou a residir com a família em Florianópolis, onde trabalhou como assessora de imprensa da Foco Projetos e Análise de Mercado Ltda.

Na área social sempre atuou, como voluntária, em prol dos catarinenses, principalmente os portadores de necessidades especiais, onde seu trabalho foi reconhecido e atualmente, aos 35 anos de idade, é Secretária de Assistência Social no município de São José.

Solicito a Vossas Excelências a aprovação do presente Projeto de Lei, para a justa homenagem a cidadã que visa uma melhor qualidade de vida ao cidadão catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 117/09

Reconhece o Município de Presidente Getúlio como promotor das edições da Expofeira Estadual do Leite

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Presidente Getúlio como promotor das edições da Expofeira Estadual do Leite.

Art. 2º Para efeitos do estabelecido no art. 1º, compete à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, através da Santa Catarina Turismo - Santur, incluir a Expofeira Estadual do Leite, do Município de Presidente Getúlio, no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 29/04/09

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Antes de tudo, ressalta-se que em cumprimento a Lei nº 14.369, de 30 de janeiro de 2008, que estabeleceu normas para o deferimento de denominação adjetiva aos municípios catarinenses, e preenchidos os requisitos legais da técnica legislativa, conforme documentos em anexo elaboramos a presente proposição que tem por escopo homenagear o Município de Presidente Getúlio e, especialmente, a comunidade suíça, germânica e italiana que escolheu aquele município para viver.

Localizado no Vale do Itajaí, fundado em 01 de junho de 1904 com a imigração de 12 famílias de colonos suíços, que vieram através da Sociedade Colonizadora Hanseática e instalaram-se na localidade dando nome de Neu Zurich, onde mais tarde em 30 de dezembro de 1953, foi criado o Município de Presidente Getúlio.

Segundo dados do IBGE e da Prefeitura do Município sua população de 13.651 habitantes é destaque através do espírito empreendedor dos cidadãos que atualmente apresenta um dos maiores índices de crescimento da região.

Na economia, o setor primário de Presidente Getúlio, até meados da década de 70, foi o principal responsável, tanto em relação à renda gerada, quanto a ocupação da mão-de-obra, que na oportunidade absorvia em torno de 68% da população economicamente ativa.

Atualmente, este setor ocupa cerca de 70% das terras do município, onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias que fornecem sustentação às famílias do campo.

A estrutura fundiária se caracteriza pelos minifúndios que somam em torno de 94% das propriedades rurais com área inferior a 50 hectares. Os produtos agrícolas mais representativos são: leite, fumo, milho, mandioca, feijão e arroz irrigado.

Desde a chegada dos primeiros imigrantes suíços, até os dias atuais, a população de Presidente Getúlio está muito ligada à

agricultura e à pecuária. Anualmente, Presidente Getúlio realiza a Festa Estadual do Leite, onde acontece a apresentação de shows nacionais, bailes, também há exposição agropecuária, torneio leiteiro e o famoso banho de leite, conforme documentação anexa.

A produção de leite foi constante durante toda a história de Presidente Getúlio. Criou-se a figura do "carroceiro de leite" que de manhã recolhia o produto dos colonos de casa em casa e o transportava até a fábrica de laticínios.

Normalmente, lá, era desnatado. A nata era empregada na produção de manteiga, ou era levada para Hammonia ou Blumenau. Na viagem de retorno, o carroceiro trazia o leite desnatado de volta aos colonos. Estes o empregavam para fazer queijo branco para o uso caseiro. O excedente era dado aos porcos e aos bezerros. A produção de leite se tornou a base de subsistência dos colonos.

Há exatos 13 anos a cidade realiza a tradicional Festa Estadual do Leite que em 2009 acontecerá no mês de maio, que conta com exposição agropecuária, torneios leiteiros, venda de produtos coloniais e artesanato, feira de negócios, shows nacionais, bailes e várias atrações para todas as idades. Também é realizado o Concurso Nacional de Tomadores de Leite em Metro.

Atendendo pedido da comunidade local e através da Lei municipal nº 2.636/2009 que autorizou o município de Presidente Getúlio a realizar a Expofeira, passando assim a nova nomenclatura da Festa Estadual do Leite, onde esse ano em sua 13ª edição passará a chamar-se Expofeira Estadual do Leite.

Assim, nada mais justo do que homenagear uma comunidade empreendedora e que mantém até hoje aceso o espírito de seus antepassados.

Diante do exposto, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 118/09

Dispõe sobre a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda.

Art. 1º Fica assegurado o direito das famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos à assistência técnica pública e gratuita para elaboração do projeto e a construção, reforma, ampliação e regularização fundiária de habitação de interesse social.

Parágrafo único. O direito à assistência técnica previsto no caput deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução de obras e serviços a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

Art. 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata esta Lei objetiva:

I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação, e regularização da habitação junto ao poder público municipal e outros órgãos públicos;

III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;

IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Art. 3º A consecução dos objetivos desta Lei deverá se dar mediante a oferta dos serviços pelo Estado, custeados por recursos da União, na forma da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, por recursos orçamentários do Estado, por recursos dos municípios e por recursos privados, que deverão ser coordenados pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I - sob regime de mútuo;

II - em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.

§ 3º Os critérios para a seleção dos beneficiários da assistência técnica deverão ser fixados pelos órgãos colegiados municipais responsáveis pelas linhas de ação locais na área habitacional.

Art. 4º A ação do Estado para o atendimento do disposto nesta Lei deverá ser planejada e implementada de forma coordenada e sistêmica com as políticas habitacionais da União e dos municípios, afim de evitar sobreposições e otimizar resultados.

Art. 5º Os serviços de assistência técnica previstos nesta Lei deverão ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que atuem como:

- I - servidores públicos do Estado;
- II - integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos;
- III - profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área, por meio de convênio ou termo de parceria com Estado;
- IV - profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pelo Estado.

§ 1º Na seleção e contratação dos profissionais, na forma do inciso IV deste artigo, deve ser garantida a participação das entidades profissionais e/ou sindicais dos arquitetos, urbanistas e engenheiros, mediante convênio ou termo de parceria.

§ 2º Em qualquer das modalidades de atuação previstas no *caput*, deve ser assegurada a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Art. 6º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos por esta Lei poderão ser firmados convênios ou termos de parceria entre o ente público responsável e as entidades promotoras de programas de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

Parágrafo único. Os convênios ou termos de parceria prevista no *caput* deverão prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/09

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva assegurar às famílias de baixa renda a assistência técnica gratuita para a elaboração do projeto e a construção de sua habitação, entendendo-se essa assistência como um direito derivado ou mesmo integrante do direito social à moradia previsto pelo art. 6º da Constituição Federal.

O déficit habitacional no Brasil, em números absolutos, representava segundo dados levantados em 2005 pela Fundação João Pinheiro (órgão ligado ao governo de Minas Gerai), cerca de 23 milhões de unidades - 8 milhões de déficit quantitativo (ausência completa de habitação) e 15 milhões de déficit qualitativo (há habitação inadequada).

Desse total, o déficit em Santa Catarina soma aproximadamente 200.000 unidades, de acordo com estudos da COHAB-SC.

A partir da consagração da moradia como um direito social dos brasileiros, geraram-se deveres diretos ao Poder Público relacionados à questão habitacional. Entende-se que o dever de oferecer à população de baixa renda uma habitação digna e construída de forma cuidadosa, com respeito às condições de salubridade, estabilidade e convivência social, é decorrência direta do estatuído pelo art. 6º da Constituição Federal.

De outra parte, a proposição busca institucionalizar, também no estado de Santa Catarina, o conceito de *arquitetura e engenharia públicas*. Esse conceito surgiu no âmbito das entidades profissionais dos arquitetos (Federação Nacional dos Arquitetos - FNA e Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB) e do Sistema CONFEA/CREA's, por força da demanda social e da intenção dos profissionais do setor de atuar de forma mais efetiva em assistência técnica voltada para a moradia de interesse popular. A importância da criação e manutenção de sistemas de arquitetura e engenharia públicas parece evidente, diante de um País em que não só as capitais dos Estados, mas praticamente todas as áreas urbanas convivem com números inaceitáveis em termos de déficit habitacional e com a urbanização desordenada realizada sem orientação técnica adequada.

Deve-se registrar que este projeto de lei, que permite aos arquitetos e engenheiros o pleno exercício social de suas profissões, deriva de ação iniciada na década de 1970 através do Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica - ATME e, de forma ampla, pelo direito da população de baixa renda à assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de sua habitação. Essa ação permitiu a edição, no âmbito federal, da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Antes da aprovação do projeto, o tema foi debatido em duas audiências públicas na Câmara dos Deputados, diversas mesas-redondas e 14 seminários estaduais promovidos pela Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, com o participação do IAB, CONFEA/CREA's, Ministério das Cidades, prefeituras e universidades, que culminaram em um seminário nacional realizado em outubro de 2005, em Campo Grande, onde chegou-se ao texto consolidado da lei federal em se baseia a presente proposição.

Por fim, cabe ressaltar que a proposta reveste-se da mais alta relevância social, que traz medida de justiça para as populações

mais carentes do Estado. A população de baixa renda tem inegável direito a assistida tecnicamente por profissionais habilitados naquele que é na quase integralidade dos casos, o mais importante empreendimento de uma família, que é a construção de sua habitação.

O projeto aqui apresentado cabe dizer, traz um complemento relevante para as normas federais e estaduais que regulam o setor e que dispõem, respectivamente, sobre o Sistema Federal de Habitação de Interesse Social e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social.

Diante do exposto, contamos, desde já, com o apoio de nossos Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação da proposta aqui apresentada.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 119/09

Institui o Programa de Fomento Empresarial com Base na Liquidação de Precatório para pessoa física credora e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Fomento com Base na Liquidação de Precatório, com o propósito de estabelecer meios para a quitação do valor de precatório judiciário da pessoa jurídica credora, a ser inserida no orçamento público do exercício seguinte, respeitada a ordem cronológica estabelecida.

Parágrafo único. São finalidades do Programa de Fomento com Base na Liquidação de Precatório instituído no "caput", entre outras:

I. Criar normatização pertinente para amparar o Programa de Fomento com Base na Liquidação de Precatório e, também, estabelecer a forma como participarão do Programa na liquidação do precatório judiciário;

II. Definir, no caso do valor do precatório estar estabelecido como título público, os meios para que a liquidação do título seja efetivada através de agentes financeiros estadual e/ou federal, através de programa de amparo à pessoa jurídica na modernização administrativa e estrutural da empresas.

III. Estabelecer que na relação Estado e agente financeiro (estadual e/ou federal) o risco da disponibilização dos recursos negociados, quando o planejamento do Orçamento do Estado não contemplar recursos para esse fim, seja do Estado.

Art. 2º A implantação do Programa de Fomento com Base na Liquidação de Precatório, também oferecerá como alternativa a possibilidade de saneamento de dívidas fiscais de pessoas jurídicas, operacionalizando da empresa pela liberação de negativas.

Art. 3º O Programa de Fomento com Base na Liquidação de Precatório cumprirá a função social de ampliação da circulação de capital, via valores de precatórios e/ou títulos, gerando oportunidades de investimentos novos através da pessoa jurídica credora.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 29/04/09

JUSTIFICATIVA

O Programa de Fomento com Base na Liquidação de Precatório constitui-se em instrumento de política social importante na solução de um problema que há muito tempo se arrasta no Brasil e no estado de Santa Catarina - dificuldade de liquidação de precatórios - prejudicando pessoas jurídicas em suas necessidades de capital de giro, saneamento fiscal da empresa, mesmo sendo credores de um ente que arrecada e fiscaliza com pontualidade, e que historicamente se mostra relapso com seus compromissos.

É justo facilitar a operacionalização da empresa disponibilizando o que lhes é devido para que busque suas negativas, elementos impeditivos ao seu pleno e legal funcionamento. A empresa, muitas vezes, não paga a negativa por não possuir suficientes recursos, mas tem créditos sob o domínio de quem lhe cobra e lhe impõe sanções. O que se busca é dar uma alternativa à situação em que Estado (órgãos públicos) e contribuinte enfrentam-se em posição de desigualdade para este último, por ter direito líquido e certo ao crédito oriundo de sentenças transitadas em julgado.

No momento que o governo brasileiro mostra-se preocupado em reativar o sistema econômico disponibilizando recursos financeiros, principalmente aos agentes financeiros, entende-se que estes poderiam dar contribuição mais efetiva à sociedade, se fossem incluídos no Programa de Fomento com Base na Liquidação de Precatório, assumindo uma tarefa social justa com relação à regularização de precatórios cujos valores forem transformados em títulos públicos, na forma como o Programa propõe.

O Programa apresenta uma forma simples e objetiva para resolver uma dificuldade que credores e Estado enfrentam há muito,

além de contribuir para o fomento ao desenvolvimento econômico, disponibilizando recursos aos credores, meio pelo qual se resolveriam o que segue:

O recebimento do crédito da parte credora (pessoa jurídica) no prazo estabelecido;

Disponibilização do valor da dívida legal estabelecida, no prazo estabelecido por este Projeto de Lei;

A regulamentação do uso do recurso do precatório ou título pelo agente financeiro, que deve atender aos compromissos do Estado, nos termos deste Programa, disponibilizando os valores da dívida ao credor.

Ante o exposto e a relevância do tema, espero a acolhida e o apoio dos parlamentares para a aprovação por esta Casa deste importante projeto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 120/09

Institui o Programa Habitacional com base na Liquidação de Precatório para pessoa física credora e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Programa Habitacional com Base na Liquidação de Precatório, com o propósito de estabelecer meios para a quitação do valor de precatório judiciário da pessoa física credora, a ser inserida no orçamento público do exercício seguinte, respeitada a ordem cronológica estabelecida.

Parágrafo único. São finalidades do Programa Habitacional com Base na Liquidação de Precatório instituído no "caput", entre outras:

I. Criar normatização pertinente para amparar o Programa Habitacional com Base na Liquidação de Precatório, de modo a estabelecer a forma como a pessoa física credora acessará o valor real devido por órgão do Estado, para construir e/ou reformar a casa própria;

II. Definir, no caso do valor do precatório estar estabelecido como título público, os meios para que a liquidação do título seja efetivada através de agentes financeiros estadual e/ou federal, através de programa de amparo à pessoa física na construção e/ou reforma da casa própria.

III. Estabelecer que na relação Estado e agente financeiro (estadual e/ou federal) o risco da disponibilização dos recursos negociados, quando o planejamento do Orçamento do Estado não contemplar recursos para esse fim, seja do Estado.

Art. 2º A implantação do Programa Habitacional com Base na Liquidação de Precatório, também oferecerá como alternativa a possibilidade de saneamento de dívidas fiscais da pessoa física, como meio de dotá-la de capital para investimento nos termos desta Lei.

Art. 3º O Programa Habitacional com Base na Liquidação de Precatório cumprirá a função social de ampliação da circulação de capital, via valores de precatórios e/ou títulos, gerando oportunidades de investimentos novos através da pessoa física credora.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 29/04/09

JUSTIFICATIVA

O Programa Habitacional com Base na Liquidação de Precatório constitui-se em instrumento de política social importante na solução de um problema que há muito tempo se arrasta no Brasil e no estado de Santa Catarina - dificuldade de liquidação de precatório judiciário - prejudicando pessoas físicas em suas necessidades de capital de giro, pagamento de dívidas fiscais, mesmo sendo credoras de um ente que arrecada e fiscaliza com pontualidade, e que historicamente se mostra relapso com seus compromissos.

O que se busca é dar uma alternativa à situação em que Estado (órgãos públicos) e contribuinte enfrentam-se em posição de desigualdade para este último, por ter direito líquido e certo ao crédito oriundo de sentenças transitadas em julgado.

No momento que o governo brasileiro mostra-se preocupado em reativar o sistema econômico disponibilizando recursos financeiros, principalmente aos agentes financeiros, entende-se que estes poderiam dar contribuição mais efetiva à sociedade, se fossem incluídos no Programa Habitacional com Base na Liquidação de Precatório, assumindo uma tarefa social justa com relação a regularização de precatórios cujos valores forem transformados em títulos públicos, na forma como o Programa propõe.

O Programa apresenta uma forma simples e objetiva para resolver uma dificuldade que pessoas físicas credoras e Estado enfrentam há muito, além de contribuir para o fomento ao desenvolvimento econômico, disponibilizando recursos aos credores, meio pelo qual se resolveriam o que segue:

O recebimento do crédito da parte credora (pessoa física) no prazo estabelecido;

O pagamento da dívida legal estabelecida, no prazo estabelecido por este Projeto de Lei;

A regulamentação do uso do recurso do precatório ou título pelo agente financeiro, que deve atender aos compromissos do Estado, nos termos deste Programa, disponibilizando os valores da dívida ao credor.

Ante o exposto e a relevância do tema, espero a acolhida e o apoio dos parlamentares para a aprovação por esta Casa deste importante projeto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 121/09

Institui a vigilância sanitária da água utilizada para consumo humano e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a vigilância sanitária da água utilizada para consumo humano, mediante a obrigatoriedade de análises periódicas de amostras colhidas em:

I - estabelecimentos de ensino;

II - hotéis, restaurantes, lanchonetes, padarias, bares e similares;

III - hospitais, maternidades, ambulatórios, estabelecimentos de assistência médica de urgência e similares;

IV - estabelecimentos industriais e comerciais em geral;

V - edifícios de apartamentos, de escritórios e similares;

VI - clubes e outros locais de recreação;

VII - conjuntos habitacionais e acampamentos de trabalho;

e

VIII - outros estabelecimentos de frequência ou uso coletivo, a critério da autoridade sanitária.

Parágrafo único. A obrigatoriedade instituída pelo *caput* constituirá encargo do responsável pelo local de consumo.

Art. 2º Sem prejuízo das exigências previstas na legislação sanitária, as empresas particulares que comercializam água para consumo humano, por meio de caminhões-tanque, ficam obrigadas a utilizar apenas locais de abastecimento cuja água, natural ou tratada, atenda às normas de qualidade vigentes e a fornecer ao adquirente cópia de laudo da análise de água com que abastecerem o caminhão.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação sanitária.

Parágrafo único. Quando se tratar de estabelecimento sob a responsabilidade de órgão ou entidade pública, o seu responsável estará sujeito às penalidades previstas no respectivo estatuto ou regulamento.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de noventa dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 29/04/09

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo final a preservação da saúde humana, sendo um instrumento de fundamental importância para o conhecimento da qualidade da água a ser consumida pela população.

Não é propósito deste parlamentar revogar qualquer norma pré-existente, mas sim instituir vigilância sanitária da água utilizada para consumo humano, mediante a obrigatoriedade de análises periódicas das amostras colhidas nos locais que menciona por serem de grande frequência de pessoas.

Note-se a importância do disposto no art. 2º do projeto de lei que estou justificando, que obriga as empresas particulares que comercializam água para consumo humano, por meio de caminhões-tanque, a fornecer laudo de análise da água com que abasteceram o caminhão ao adquirente final, o que traz segurança para o consumidor.

Aspectos como o período em que os exames devem ser realizados, fiscalização e outros necessários ao cumprimento do disposto nesta iniciativa de lei, o autor remete à regulamentação pelo Poder Executivo, em respeito às disposições constitucionais que reservam ao Governador do Estado a iniciativa de leis que dizem respeito, por exemplo, à atribuição de encargos aos órgãos governamentais.

Face ao exposto, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação desta matéria.

*** X X X ***